

Tem gente que quer país indo para trás

“A privatização da Eletrobrás foi um escárnio”, diz Lula

Reprodução



A martelada acertou na cabeça do consumidor

Privatista Tarcísio critica privatização, mas quer seguir privatizando

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) admitiu que os serviços prestados pela Enel em São Paulo são ruins, criticou a empresa e ainda defendeu que a Aneel não renove o contrato de concessão, que vence em 2028. Tarcísio, que busca de todas as formas privatizar a Sabesp, admite que a concessionária privada presta um péssimo serviço aos consumidores paulistas. **Pág. 4**



1
REAL
BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Presidente apontou o ataque dirigido ao setor estratégico de energia

“país precisa se dar uma chance. O nosso país já poderia estar consagrado como a quinta economia do mundo há muito tempo”, disse o presidente Lula, em ato de implantação do Parque Tecnológico Aeroespacial da Bahia, na quinta-feira (18). Ele voltou a criticar o desmonte da Petrobrás e a privatização da Eletrobrás pelo governo Bolsonaro. “O que fizeram com a nossa Petrobrás? A privatização da Eletrobrás, as pessoas não gostam que se fale, mas foi um escárnio que se fez nesse país em um setor estratégico como o setor de energia”, denunciou. **Página 3**

Taxa de investimento em baixa impede retomada da economia

Reprodução



Transformaram em escombros o prédio principal, o hospital universitário, o museu e outras edificações

Genocidas israelenses explodem a universidade Al Israa, em Gaza

As tropas de Israel destruíram a universidade Al Israa de Gaza na quarta-feira (17), que estava ocupada há 70 dias, explodindo mais de 315 minas e transformando em escombros o

prédio principal, o hospital universitário – o único hospital universitário de Gaza, o museu e outras edificações. Imagens compartilhadas nas redes sociais mostraram o momento em que a institui-

ção de ensino – que já havia sofrido alguns danos estruturais – foi completamente destruída em uma evidente operação de demolição. Crime de guerra que vem se somar à barbárie já denunciada

pela África do Sul à Corte Internacional de Justiça da ONU em Haia. Outras universidades palestinas já haviam sido destruídas antes, como a Islâmica e a Al Azhar, em outubro. **Página 6**

A taxa de investimento no Brasil, que mede o quanto as empresas estão investindo em bens de capital para ampliar a produção, ou a relação entre os investimentos (Força Bruta de Capital Fixo e o PIB), deverá fechar o ano de 2023 em torno de 16% a 17%. No terceiro trimestre do ano passado, ela ficou em 16,6%, a menor taxa desde 2020, com uma queda de 6,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desde 2013, quando a taxa de investimento atingiu a máxima de 21,52%, o país assiste a uma insuficiência sistemática de investimentos por parte do Estado e da iniciativa privada. **Página 2**

PT denuncia juro do BC que deu ao rentismo 654 bi até novembro

O PT divulgou uma nota denunciando que entre janeiro e novembro de 2023 a política monetária de Campos Neto obrigou o governo federal a gastar R\$ 654,4 bilhões com juros. “É uma robusta transferência de recursos públicos para as camadas mais abastadas da sociedade”, diz a nota do partido. **Página 3**

Renda dos 0,01% mais ricos cresceu 3 vezes mais que a de 95% do povo

Em nota técnica, publicada no Observatório de Política Fiscal da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), na terça-feira (16), o economista Sérgio Gobetti afirma que, entre 2017 e 2022, a renda dos muito ricos do país (0,01% da população em idade adulta) cresceu ao um ritmo duas a três vezes maior do que a média registrada por 95% dos brasileiros. **Página 2**

‘Desoneração não promove emprego, concentra a renda, lesa Previdência e é inconstitucional’

Estudo da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda aponta os principais problemas da desoneração da folha salarial e defende a Medida Provisória nº 1.202, que propõe o fim da desoneração de forma gradativa. “A política de desoneração da folha salarial no Brasil”, segundo a pasta, “transformou-se em um mecanismo controverso de transferência de renda, beneficiando empresas de determinados setores sem ganhos efetivamente comprovados para os trabalhadores e para a geração de emprego no país”. **Página 2**

Sem gás russo barato, locomotiva alemã engasga e economia encolhe

A Alemanha, tida como a locomotiva econômica da Europa, entrou em recessão no ano passado, com o PIB sofrendo uma contração de 0,3% em 2023 em relação ao ano anterior, depois de um aumento de 1,8% em 2022, segundo o Serviço Federal de Estatística (Destatis). **Pág. 7**

China ultrapassa previsão e cresce 5,2% em 2023

Pág. 7

A parcimônia do hidrogênio

ALLAN KARDEC*

Uma breve olhada nas notícias diárias e vemos uma profusão delas sobre hidrogênio, principalmente o denominado “hidrogênio verde”. Como me interessei, há algum tempo, junto com outros nomes maranhenses como o ex-Governador e amigo José Reinaldo Tavares, divido aqui um breve resumo – com a possibilidade de ser exageradamente curto – sobre um artigo de um dos maiores nomes de energia do Brasil: Ildo Sauer, professor e amigo da USP, com um denso currículo, que ele publicou com os colegas Michael Aba e Nilton Amado, em uma das maiores revistas sobre hidrogênio da área, a International Journal of Hydrogen Energy.

O trabalho é profundo, com uma proposta inovadora: a comparação do uso do hidrogênio com energia elétrica como substrato para prover energia à sociedade de hoje. Eles percorrem toda a cadeia: a fonte de energia, como gás natural, solar, hidroelétrica, etc; A produção, como eletrólise ou turbinas eólicas; o armazenamento, como compressão ou em combustíveis sintéticos; o transporte via gasodutos ou redes de eletrificação e; os consumidores finais, como a indústria ou os veículos.

Ora, o hidrogênio e a eletricidade têm características diferentes que os tornam únicos como portadores de energia. Ele é uma alternativa, hoje entendida como de baixa emissão, que potencialmente forneceria energia de qualidade para usos finais, particularmente para o setor de transportes.

Por outro lado, a eletricidade é um transporte mais maduro e avançado em larga escala, com maior Retorno sobre o Investimento em Energia (RIE) em relação ao hidrogênio. Ela já tem vários usos finais em todas as indústrias e é um meio de armazenamento de curto prazo preferível, enquanto o hidrogênio seria melhor como um combustível de energia de médio e longo prazo de pico e sistema de fornecimento de calor.

O RIE para as tecnologias de produção de eletricidade excede o limiar crucial para sistemas de energia economicamente viáveis. Isso sugere que os métodos convencionais de geração de eletricidade que dependem de carvão e gás natural exibem valores mais altos de RIE quando comparados à maioria das tecnologias de eletricidade renovável, com as exceções sendo a energia hidrelétrica e a tecnologia nuclear.

Na comparação entre as duas fontes, o hidrogênio é recomendado pelos autores como uma opção de armazenamento de energia em vez de um transportador em situações em que é difícil reduzir o número de indústrias e a extensão da rede não é viável. Além disso, os autores propuseram que o hidrogênio seja um meio de armazenamento de energia a curto e médio prazo devido às altas perdas associadas durante a transferência, aos requisitos de infraestrutura e à pouca ou nenhuma adaptabilidade atual do uso final, a menos que seja transformado em combustíveis sintéticos.

A metodologia de cadeia de produção utilizada no estudo do grupo do professor Sauer indica que tanto os meios de transporte a hidrogênio quanto a eletricidade podem ter emissões significativas na etapa de produção de seus ciclos de vida. Além disso, constatou-se que as tecnologias convencionais e estabelecidas para gerar hidrogênio e eletricidade emitem mais do que as fontes de energias renováveis e nucleares. Para gerar hidrogênio, pensando nas emissões, o caminho seria a energia eólica, solar, hidrelétrica ou nuclear.

(Leia a continuação do artigo no site do HP: <https://horadopovo.com.br/a-parcimonia-do-hidrogenio-por-allan-kardec/>)

*Allan Kardec Duailibe Barros Filho é PhD pela Universidade de Nagoya, Japão, professor titular da UFMA, ex-diretor da ANP, membro da AMC e presidente da Gasmar (Companhia Maranhense de Gás)

Taxa de investimento em baixa impede retomada da economia

Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil



Fortuna de 15 mil bilionários cresce 3 vezes mais do que a renda de 95% da população

Entre 2017 e 2022, a concentração de renda alcançou recorde histórico, segundo estudo da FGV. Proporção do bolo apropriada pelo 1% mais rico da sociedade brasileira cresceu de 20,4% para 23,7%

Em nota técnica, publicada no Observatório de Política Fiscal da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Íbre), na última terça-feira (16), o economista Sérgio Gobetti afirma que, entre 2017 e 2022, a renda dos muito ricos do país (0,01% da população em idade adulta) cresceu ao um ritmo duas a três vezes maior do que a média registrada por 95% dos brasileiros.

“Ao que tudo indica, a confirmar-se por estudos complementares, elevou o nível de concentração de renda no topo da pirâmide para um novo recorde histórico, depois de uma década de relativa estabilidade da desigualdade”, afirmou Gobetti, na nota

técnica referente ao estudo sobre a concentração de renda no país. A análise tem como base dados da Receita Federal relativos às declarações do imposto de renda das pessoas físicas (IRPF) e das contas nacionais do IBGE.

Quando observado a renda média em 2017 e 2022 das quatro classes que compõem a pirâmide social brasileira (0,1% mais rico, o 1% mais rico, os 5% mais ricos e os 95% restantes da população adulta (com 18 anos ou mais de idade), verificou-se que, “além dos mais ricos terem, em média, maior crescimento de renda do que a base da pirâmide, a performance é tanto maior quanto maior

é o nível de riqueza”, disse Gobetti.

“Ou seja, enquanto a maioria da população adulta teve um crescimento nominal médio de 33% em sua renda no período de cinco anos, marcado pela pandemia, a variação registrada pelos mais ricos foi de 51%, 67% e 87% nos estratos mais seletos. Entre os 15 mil milionários que compõe o 0,01% mais rico, o crescimento foi ainda maior: 96% (vide tabela 2 adiante)”, constatou o economista.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/fortuna-de-15-mil-bilionarios-cresce-tres-vezes-mais-do-que-a-renda-de-95-da-populacao/>

“Desoneração não promove emprego, transfere renda para os mais ricos e é inconstitucional”, diz Fazenda

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda divulgou um documento, na última quinta-feira (18), em que aponta os principais problemas da desoneração da folha salarial para 17 setores da economia e defende a Medida Provisória nº 1.202, que propõe o fim da desoneração de forma gradativa.

“A política de desoneração da folha salarial no Brasil”, segundo a pasta, “inicialmente considerada uma solução temporária, transformou-se em um mecanismo controverso de transferência de renda, beneficiando empresas de determinados setores sem ganhos efetivamente comprovados para os trabalhadores e para a geração de emprego no país”.

A desoneração da folha, que vem sendo sucessivamente prorrogada desde sua implementação no governo Dilma Rousseff (PT) em 2011, foi prorrogada pelo Congresso Nacional no ano passado, com validade até 2027.

Além do prejuízo às contas da Previdência Social, ao longo destes anos essa isenção fiscal não exerceu nenhum efeito, na prática, para elevar a geração de novos empregos, melhorar a renda dos trabalhadores ou avanços na atividade produtiva no país. Entre os principais proble-

mas apontados pelo estudo da Secretaria de Política Econômica da Fazenda, a desoneração “é cara e ineficiente”, “não promoveu o emprego” e que “é revertida em transferência de renda para os mais ricos”. Além disso, “mostrou-se inconstitucional após a reforma da Previdência, devido à substituição tributária”.

“Os setores beneficiados pela desoneração foram os que mais reduziram postos formais de trabalho nos últimos dez anos, em comparação com setores que não foram contemplados”, criticou a Secretaria.

“A prorrogação da política de desoneração da folha de pagamentos até 2027 esbarra em questões jurídicas, orçamentárias e de mérito econômico. Primeiramente, a medida é inconstitucional, visto que a Reforma da Previdência proibiu o custeamento da Previdência Social via instituição de contribuição substitutiva sobre a folha de salários, ainda que pela prorrogação do prazo de vigência de contribuição instituída anteriormente em Emenda, ante a necessidade de assegurar o equilíbrio no custeio da seguridade social”, argumenta.

“Ademais, é estimado um impacto – não orçado – de R\$ 12 bilhões para o próximo ano, o que torna a medida in-

compatível com a lei orçamentária de 2024, recém aprovada pelo Congresso Nacional”, observou a Secretária.

A pasta também avalia que a política de desoneração da folha “é complexa e pouco transparente”, disse a pasta ao afirmar que a descrição para as atividades econômicas e produtos/mercadorias contemplados pelas diversas alterações legislativas da Lei da desoneração da folha de pagamentos “dificulta o seu acompanhamento e fiscalização, possibilitando brechas que permitem contemplar setores/produtos não elencados na Lei”.

“A última versão da Lei beneficia 43 classes econômicas em classificação CNAE e aproximadamente 2.638 produtos/mercadorias em classificação NCM. Portanto, a ampla divulgação de que a política de desoneração da folha beneficia 17 setores é enganosa e distorce a realidade, na medida em que sua simplificação não encontra respaldo na Lei”, disse a pasta.

A Secretaria destaca que a nova política de desoneração, proposta na MP nº 1.202, tem como objetivo promover a modernização do mecanismo de incentivo à produção e ao emprego setorial, visando maior eficiência com maior transparência.

No terceiro trimestre de 2023, índice ficou em 16,6%, a menor taxa desde 2020

A taxa de investimento no Brasil, que mede o quanto as empresas estão investindo em bens de capital para ampliar a produção, ou a relação entre os investimentos (Força Bruta de Capital Fixo e o PIB), deverá fechar o ano de 2023 em torno de 16% a 17%. No terceiro trimestre do ano passado, ela ficou em 16,6%, a menor taxa desde 2020, com uma queda de 6,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Desde 2013, quando a taxa de investimento atingiu a máxima de 21,52%, o país assiste a uma insuficiência sistemática de investimentos por parte do Estado e da iniciativa privada, chegando, atualmente, aos 16,60% do PIB.

A queda nos investimentos é apontada por economistas e empresários como um grave problema na economia brasileira. Houve reduções seguidas nos três primeiros trimestres do ano de 2023 em relação aos índices verificados no ano anterior, que já eram baixos. Com isto, os patamares de investimento do país seguem se mantendo abaixo do que é necessário para o país crescer de forma sustentada.

JUROS ELEVADOS

“A principal razão realmente é a taxa de juros em patamar elevado”, afirmou a economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Íbre), Juliana Trece, ao destacar que o recuo nos investimentos vem sendo puxado principalmente pelo segmento de máquinas. “Por mais que tenhamos iniciado um ciclo de corte [dos juros], demora até isso atingir a atividade econômica. Além disso, o nível dos juros ainda está muito alto, em dois dígitos”, observou Juliana Trece.

A taxa de investimento é formada a partir da relação entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. A FBCF mede o que investe o país em bens de capital, máquinas, equipamentos, material de construção e outros. A taxa de investimento é um bom termômetro para avaliar o potencial de crescimento econômico, já que ela indica a proporção da renda do país que se destina à ampliação da capacidade produtiva. O pico mais alto da taxa de investimento do Brasil, de 26,86%, foi registrado no final dos anos 80.

No início dos anos 2000, principalmente a partir do segundo governo Lula – após o início da recuperação do período mais abertamente neoliberal e submisso de FHC –, a taxa de investimento no Brasil saltou do patamar de 16,5%, em que se encontrava em 2003, para 21,5% em 2013. A intensificação dos investimentos públicos atraiu o investimento privado e o país cresceu 7,5% no último ano do segundo governo Lula.

A partir de 2014, no entanto, fruto da forma débil com que o país reagiu à pressão exercida pelos centros financeiros internacionais contra os países do sul da Europa e da América Latina no ‘pós-crise’ mundial de 2008, houve uma grande redução dos investimentos no país, tanto públicos quanto privados. A taxa de investimento desabou até atingir 14,50% em 2017, já no governo Temer. Esta foi a menor taxa de investimento vista no país nos últimos cinquenta anos.

No decorrer dos últimos 7 anos, a taxa de investimento jamais conseguiu retornar ao patamar dos 20%. Fato grave, pois, para alguns economistas, entre eles José Luís Oreiro, da Universidade de Brasília (UnB), a taxa mínima, para que haja um crescimento consistente da economia, é de 21% a 22%. A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) estima ainda mais para cima esse índice e diz que a taxa de investimentos precisa se aproximar de 25% do PIB para que a economia brasileira volte a crescer entre 4% ou 5% ao ano.

Em julho de 2021, puxada pelo “orçamento de guerra”, que foi aprovado pelo Congresso Nacional com o objetivo de atenuar os efeitos da Covid-19 sobre a economia, e por conta dos investimentos feitos em máquinas e equipamentos no setor agrícola – que se benefi-

ciou dos aumentos de preços das commodities ocorridos durante a crise da pandemia –, a taxa de investimento atingiu 19,2%, mas fechou o ano em 17,9%. E no ano seguinte, ficou em 18,4%.

A pressão do sistema financeiro para que o atual governo mantenha metas fiscais restritivas é o principal problema a ser superado para que se obtenha a urgente elevação das taxas de investimento. Medidas impostas pelos bancos e o Banco Central – particularmente os juros altos – estrangulam a capacidade de investimento do país. A insistência de alguns setores, fora e dentro do governo, de seguir se submetendo ao chamado ‘austericídio fiscal’ também força o país a manter-se preso à perigosa estagnação econômica.

Sem crescer, o governo piora ainda mais a sua capacidade de arrecadação, além de tornar-se refém dos juros altos cobrados pelos bancos. A prática de juros reais escandalosos, os maiores do mundo, impostos pelo Banco Central – com o falso pretexto de combater a inflação – agrava ainda mais a situação pois, além de não ter nada a ver com a queda da inflação – que caiu nos últimos meses por conta da queda dos preços de combustíveis e de commodities – restringe os investimentos públicos e eleva os custos das empresas privadas.

INVESTIMENTOS EM QUEDA

Os dados de 2023, até o terceiro trimestre do ano, revelam que a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) manteve-se em queda durante o ano. Com o baixo nível de investimento, o Produto Interno Bruto, que foi puxado pelo bom desempenho do agronegócio, voltou a desacelerar no terceiro trimestre, registrando uma alta de 0,1% em relação ao segundo trimestre (1,0%). No primeiro trimestre de 2023, o PIB havia crescido 1,4%, em relação ao trimestre anterior.

“Os investimentos em máquinas e equipamentos – medidos segundo o conceito de consumo aparente, que corresponde à produção nacional destinada ao mercado interno acrescida das importações – apresentaram um recuo de 0,3% em setembro, encerrando o trimestre móvel com queda de 1,7%”, destacou o Ipea em nota. No acumulado em doze meses, a demanda interna de máquinas e equipamentos recuou 3,8%. Ou seja, os investimentos não estão sendo feitos no ritmo que o país necessita.

“O Indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que agrega os investimentos em máquinas e equipamentos, na construção civil e em outros ativos fixos, registra uma queda de 1,4% na comparação entre setembro e agosto na série com ajuste sazonal. O resultado representou a quarta queda consecutiva na margem. Com isso, o trimestre móvel encerrado em setembro registrou retração de 2,5% na comparação dessazonalizada – resultado já ajustado de acordo com as contas nacionais trimestrais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vale notar que o indicador se situa 21,6% abaixo do máximo atingido na série, verificado em abril de 2013”, segundo Indicador Mensal do FBCF do Ipea, divulgado no final do ano.

O governo Lula está às voltas com as chantagens fiscalistas, gestadas pelo sistema financeiro e repercutidas insistentemente por setores da mídia. Para superar essas barreiras, o governo, necessariamente, terá que encontrar outros caminhos para estimular a retomada da economia.

O País apoia a queda nos juros, quer investimentos vigorosos na retomada da produção industrial, nos projetos de infraestrutura e transporte urbano, no saneamento básico, na habitação, na saúde, entre outros setores. O País e os brasileiros demandam também por salários mais robustos para que se amplie o mercado interno e a roda da economia possa efetivamente voltar a girar com força. No entanto, até o momento, os dados, principalmente os referentes às taxas de investimento, não estão apontando nessa direção.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo - SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Lula Marques/Agência Brasil

Alexandre Silveira em entrevista coletiva Ministro de Minas e Energia critica energia cara para o pobre e barata para os ricos

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou, na terça-feira (16), durante sua participação no Fórum Econômico de Davos, na Suíça, que o governo está discutindo como reduzir o custo da energia elétrica para a população brasileira. “O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está estudando um modelo de subsídios para diminuir o impacto da transição energética na conta de luz”, informou o ministro.

Silveira falou sobre os altos preços da energia no Brasil. Ele lembrou que o presidente Lula tem criticado de forma veemente a diferença entre os valores pagos pelos grandes consumidores (empresas) no mercado livre de energia, bem menores que aqueles com que arca o consumidor comum. “O presidente Lula tem deixado claro, nós precisamos buscar uma solução para manter tanto os preços dos combustíveis quanto o preço da energia elétrica em condições de serem impulsores da economia e geradores de emprego e renda”, afirmou o ministro.

No final do ano passado o presidente Lula fez duras críticas à legislação do setor elétrico, que permite que grandes consumidores, como indústrias, negociem preços e condições de seus contratos no chamado “mercado livre” de energia, e prometeu mudanças. Ele disse que o setor tem “uma coisa estúpida”, que é a energia vendida “para empresários, sobretudo grandes empresários”, por valores mais baixos do que as tarifas das distribuidoras.

“É absurdo. E nós vamos dedicar este ano para tentar mudar. Eu convoquei uma reunião do Conselho Nacional de Política Energética para a gente pensar. É que nessa nova fase de pagamento de energia, os empresários que estão no mercado livre pagam R\$260 o megawatt-hora, e o povo pobre paga R\$670”, disse ele. O presidente afirmou também que envolverá o Congresso Nacional nessa discussão. “É lógico, é importante fazer energia barata, para que possamos ter competitividade internacional, mas essa energia barata não pode ser paga pelo povo pobre, então estamos em um processo de discussão”.

“É preciso a gente construir uma discussão que envolva a sociedade brasileira, que envolva o Congresso, para que a gente possa reverter uma situação e não permitir que uma pessoa que tem uma geladeira, um rádio, cinco pontos de luz, um chuveiro, pague mais, proporcionalmente, que uma parte do empresariado”, afirmou Lula, na ocasião.

Silveira foi na mesma direção e afirmou, recentemente, que o setor elétrico brasileiro virou “uma colcha de retalhos”, e que nos últimos seis anos “perdeu-se a mão nas políticas públicas do setor”. “Temos a dicotomia de ser o país que tem o melhor parque energético, mas tem uma energia pouco competitiva”. Silveira disse que pretende “trabalhar de forma muito vigorosa para poder enfrentar as distorções, em especial do setor elétrico, a fim de manter o preço da energia em condições melhores para o consumidor brasileiro”.

Em Davos ele disse que o petróleo ainda vai cumprir um papel importante na transição. “Não há ninguém que possa bater o martelo em quanto tempo a transição energética se dará de forma efetiva. Quando eu vejo uma coisa mais contextual, aposto que o petróleo ainda vai ser uma fonte energética importante entre 20 e 30 anos”, acrescentou Silveira, defendendo que a verba que deverá garantir preços baixos da energia elétrica “poderia vir do petróleo”.

“Privatização da Eletrobrás foi um escárnio”, denuncia Lula



Ricardo Stuckert/PR

“Esse país precisa dar uma chance”, afirmou o presidente durante solenidade na Bahia PT denuncia “juros do BC para o rentismo”: R\$ 654,4 bilhões de janeiro a novembro/23

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, afirmou que “ninguém aguenta mais a taxa de juros imposta pelo bolsonarista Campos Neto”, presidente do Banco Central, que prejudica o desenvolvimento econômico do país para destinar “lucros astronômicos” aos rentistas.

Para a dirigente, “é preciso reduzir os juros já!”.

O PT divulgou uma nota denunciando que entre janeiro e novembro de 2023 a política monetária de Campos Neto obrigou o governo federal a gastar R\$ 654,4 bilhões com juros.

Esse montante significa um aumento de 24% em relação aos gastos de 2022, quando o presidente era Jair Bolsonaro, amigo pessoal e responsável pela indicação de Campos Neto para o BC.

Só essa elevação significa R\$ 127 bilhões a

“2024 será muito marcante para nossa parceria”, afirma Alckmin ao receber o chanceler da China

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) se reuniu com o chanceler da China, Wang Yi, para discutir a parceria do Brasil com o país para a “reforma da governança global e a cooperação bilateral em comércio, investimentos e ciência, tecnologia e inovação”.

Para Alckmin, 2024 será “muito marcante para nossa parceria. Além dos 20 anos da Cosban [Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação] e dos 50 de nossas relações diplomáticas, o Brasil preside, pela primeira vez, o G20”.

O ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, está no Brasil por ocasião da IV Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China. “Na pauta de nosso diálogo, estão temas como a reforma da governança global e a cooperação bilateral em comércio, investimentos e ciência, tecnologia e inovação”, informou Alckmin.

“A China é, desde 2009, o maior parceiro comercial do Brasil e uma das principais origens de investimentos em nosso país. Em 2023, as transações com a China foram responsáveis por mais da metade do superávit comercial brasileiro”, continuou.

Wang Yi também se encontrou com o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro

menos nos cofres públicos.

Apesar da pressão feita por todos os setores da sociedade, com exceção daqueles que lucram com a especulação, Roberto Campos Neto tem reduzido a taxa de juros básica (Selic) a passos de taruga, enquanto estrangula a economia nacional.

Quando Lula assumiu a Presidência, a taxa Selic estava em 13,65% ao ano. Agora, um ano depois e sete reuniões do Comitê de Política Monetária (COPOM) depois, está em 12,15%.

A política de juros altos só dá “vantagens para o rentismo e prejuízos para os investimentos federais”, aponta o PT.

“Beneficiados pelos altos patamares da taxa básica de juros (Selic), os especuladores obtêm lucros exorbitantes, enquanto há uma pressão

positivo para a estabilidade do mundo”.

Os chanceleres discutiram as guerras entre Rússia e Ucrânia e entre Israel e o Hamas.

Os dois ministros assinaram um acordo para aumentar de 5 para 10 anos o prazo dos vistos em passaportes comuns. “A iniciativa facilitará as viagens, incentivará a promoção de negócios e impulsionará o turismo entre os países”, disse o Itamaraty.

Na sexta-feira (19), o presidente Lula teve uma reunião, que durou 50 minutos, a portas fechadas com Wang Yi em Fortaleza. Os detalhes não foram divulgados.

Cadu Gomes/VP



Geraldo Alckmin com o chanceler Wang Yi

“Há muita gente nesse país que teima em retroceder”, destacou Lula na inauguração do Parque Tecnológico Aeroespacial da Bahia

O presidente Lula (PT) participou na quinta-feira (18) do ato de implantação do Parque Tecnológico Aeroespacial da Bahia. Durante o discurso, Lula afirmou que “o Brasil é muito grande” e que os investimentos que são necessários serão feitos para atender ao sonho dos brasileiros “que é maior ainda”. “Nós pegamos o país devastado e com obras paralisadas. Só para se ter uma ideia, a merenda escolar de 47 milhões de crianças estava sem reajuste há sete anos”, denunciou.

Ele voltou a criticar o desmonte da Petrobrás e a privatização da Eletrobrás pelo governo Jair Bolsonaro (PL). “O que fizeram com a nossa Petrobrás? A privatização da Eletrobrás, as pessoas não gostam que se fale, mas foi um escárnio que se fez nesse país em um setor estratégico como o setor de energia”, denunciou.

“Esse país precisa se dar uma chance. Esse país é muito grande para ser tratado como se fosse um país pequeno. Esse país tem um potencial extraordinário e nós já provamos isso duas vezes. Esse país já poderia estar consagrado como a quinta economia do mundo há muito

Bolsonarista Jordy trocou mensagens e insuflou o golpe no 8 de janeiro, aponta PF

O deputado golpista Carlos Jordy (PL-RJ) foi alvo de buscas na manhã da quinta-feira (18), na 24ª fase da Operação Lesa Pátria. Inquérito conduzido pela Polícia Federal descobriu, segundo o site G1, que Jordy insuflou as hordas fascistas que depredaram as sedes dos Três Poderes no dia 8 de janeiro do ano passado.

As mensagens comprovam que o deputado passou orientações sobre atos golpistas a bolsonaristas do Rio de Janeiro. A PF acredita que as mensagens trocadas podem ter servido como “atos preparatórios” para os ataques que ocorreram em 8 de janeiro.

De acordo com a PF, há oito mandados sendo cumpridos no Rio de Janeiro e dois no Distrito Federal. Além do deputado, os nomes dos demais alvos não foram divulgados.

A operação policial envolve o cumprimento de mandados de busca e apreensão que foram expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Dezenas de fascistas já foram presos e condenados pelas depredações. A PF agora segue na busca dos mentores, financiadores e incitadores da tentativa de golpe de Estado desencadeada após a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais do ano passado.

Os crimes investigados são a abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, associação criminosa e incitação ao crime. Houve buscas no interior do Rio. Entre

Isenção a pastores causou prejuízo de R\$ 300 milhões aos cofres públicos

A medida do governo de Jair Bolsonaro para beneficiar financeiramente uma cúpula de pastores deixando de cobrar impostos sobre os salários impactou em quase R\$ 300 milhões os cofres da União, calculou a Receita Federal. A medida foi suspensa pelo governo Lula.

Um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), ao qual o Globo e o G1 tiveram acesso, produzido em dezembro de 2023, mostra o cálculo da Receita Federal que concluiu que o prejuízo acarretado pela medida do antigo governo chega a R\$ 293,7 milhões.

A Receita somou os valores com “exigibilidade suspensa” ou “parcelada”, como é o caso dos impostos que deixaram de ser cobrados para os religiosos.

A decisão, tomada pouco antes das eleições de 2022, tirava a tributação sobre os pagamentos a pastores e outras lideranças religiosas porque deixava de reconhecê-los como salário.

O TCU aponta que, de acordo com a Receita, “os valores envolvidos que estão suspensos

tempo. Mas há muita gente nesse país que teima em retroceder”, destacou o presidente.

O presidente também citou o caso da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, que ele visitará também nesta quinta-feira para iniciar a retomada das obras. “Estou saindo aqui, vou para Recife, vou visitar a refinaria que durante 14 anos ficou paralisada. Ela já poderia estar refinando 260 mil barris de petróleo por dia e não está. Eu vou lá para terminar aquela refinaria. Vamos retomar a autossuficiência na produção dos combustíveis”, prosseguiu Lula.

Discursaram também o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do Ar Marcelo Kanitz Damasceno, o superintendente de Novos Negócios do Senai Cimatec, André Oliveira, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, o ministro da Defesa José Múcio Monteiro, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, o governador da Bahia, Jerônimo Santana. Luciana Santos destacou que no ano de 2023 o seu Ministério destinou só para o setor de tecnologia aeroespacial 1 bilhão de reais.

Bolsonarista Jordy trocou mensagens e insuflou o golpe no 8 de janeiro, aponta PF

os alvos, estão pessoas que montaram acampamento em frente à 2ª Companhia de Infantaria em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense.

O deputado investigado, conhecido por sua verbosidade golpista, jurou que nunca instigou nada. “Eu, em momento algum do 8 de janeiro, eu incitei, falei para as pessoas que aquilo ali era correto. Pelo contrário. Em momento algum eu estive nos quartéis-generais quando estavam acontecendo todos aqueles acampamentos. Nunca apoiou nenhum tipo de ato, tanto anterior ou depois no 8 de janeiro. Embora as pessoas tivessem todo o seu direito de fazer suas manifestações contra o governo eleito”, alegou Jordy.

Conforme nota divulgada pela Polícia Federal, o objetivo da 24ª fase é identificar pessoas que planejaram, financiaram e incitaram atos antidemocráticos entre outubro de 2022 e o início do ano passado, no interior do estado do Rio de Janeiro (RJ).

Resultados até agora da Operação Lesa Pátria, nas 23 fases anteriores da Lesa Pátria, segundo a PF:

*Mandados de prisão preventiva: 97

*Mandados de busca e apreensão: 313

*Valores de bens apreendidos: R\$ 11.692.820,29

*Valores de veículos apreendidos: R\$ 5.032.147

*Valores de ônibus apreendidos: R\$ 8.400.000

PGR aponta “elo relevante” entre o fascista Roberto Jefferson e 8 de janeiro

O procurador-geral Paulo Gonet afirmou, na sexta-feira (19), ao STF (Supremo Tribunal Federal), por meio de parecer, que a investigação que envolve o ex-deputado federal Roberto Jefferson (RJ) pode ter “elo relevante”, com os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

A conclusão está no parecer enviado ao ministro Alexandre de Moraes, em que o procurador se manifesta contrariamente ao pedido da defesa de Jefferson para retirar do Supremo, o processo a que o ex-parlamentar responde por ataques às instituições.

O processo do ex-deputado está na Corte porque nesse há vários parlamentares e outras autoridades que têm prerrogativa de foro ou foro privilegiado. E, ainda, em razão de o processo tramitar no STF.

Ao defender que o processo continue em tramitação na Corte, Gonet escreveu que as acusações contra Jefferson estão relacionadas com os crimes cometidos durante o 8 de janeiro, que também estão em andamento na Corte.

Privatista critica privatização, mas quer continuar privatizando

Enquanto defende entregar a Sabesp, governador paulista defendeu o fim da concessão da distribuição de energia de São Paulo para a privatizada Enel

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) admitiu que os serviços prestados pela Enel em São Paulo são ruins, criticou a empresa e ainda defendeu que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não renove o contrato de concessão, que vence em 2028. Tarcísio, que busca de todas as formas privatizar a Sabesp, admite que a concessionária privada presta um péssimo serviço aos consumidores paulistas.

As críticas de Tarcísio foram feitas na terça-feira (15) durante coletiva de imprensa no Palácio dos Bandeirantes. “Olha, a gente não pode ter uma empresa que a cada chuva deixa o paulistano na mão ou o morador da região metropolitana. Então, são eventos climáticos que acontecem, que a gente sabe que acontece, e a gente não vê uma preparação da empresa para enfrentar essa situação”, disse.

E complementou: “Isso significa que houve baixo investimento, investimento insuficiente em termos de resiliência de rede e não houve cuidado devido com a manutenção, com o mapeamento de pontos críticos”.

O governador ainda afirmou que conversou com Aneel diversas vezes, além de já ter se reunido com o conselho da Enel e o presidente da empresa.

“Nós colocamos a nossa angústia, nossa preocupação com esse problema de prestação de serviço. A gente está falando de um recurso essencial que é a energia e nosso cidadão não pode ficar sem energia, várias horas sem energia, repetidamente. É uma coisa que está afetando nosso dia a dia e a gente precisa de uma providência enérgica, imediata e é fundamental que a gente pense o futuro”.

SABESP NA MIRA

Apesar de defender não renovar a concessão da Enel, Tarcísio mantém a entrega da água de São Paulo às mãos da iniciativa privada em sua mira.

A privatização da Sabesp, uma das maiores companhias de saneamento do mundo, é considerada a prioridade de Tarcísio. Segundo o governador, a mesma iniciativa privada que desmontou a manutenção do fornecimento de energia de São Paulo, seria “mais eficiente” que a Sabesp para administrar o abastecimento de água.



Assassino de Marielle fecha acordo de delação premiada com Polícia Federal, diz jornal

O ex-policial militar Ronnie Lessa, que assassinou a ex-vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, fechou um acordo de delação premiada com a Polícia Federal, segundo apurou o colunista Lauro Jardim, do Globo.

Ronnie Lessa foi quem atirou contra o carro da vereadora. O motorista que levava Lessa, Elcio Queiroz, já fez sua delação e falou sobre o crime para a PF.

O ex-ministro da Justiça do governo Lula, Flávio Dino, falou em dezembro que “o caso Marielle em breve será integralmente elucidado”.

O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, falou que tem “a convicção de que ainda nesse primeiro trimestre Polícia Federal dará uma resposta final do caso Marielle”. O assassinato completará seis anos em março.

O projeto de lei que autoriza que o governo de São Paulo negocie a venda das ações da empresa foi aprovado no final do ano passado de forma atropelada na Alesp. Em meio a protestos e com uma grande repressão por parte da PM, deputados governistas votaram um projeto.

Os deputados que se opõem à venda da Sabesp denunciam a irregularidade do PL, já que, para autorizar a negociação, seria necessária uma mudança na Constituição de São Paulo.

DEMISSÕES E TERCEIRIZAÇÕES

Quando assumiu o controle da distribuição de energia em São Paulo, a Enel se comprometeu a investir R\$ 3,1 bilhões entre 2019 e 2021, para melhoria contínua da qualidade do serviço ofertado. Porém, segundo o Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, o valor aplicado foi 10% menor do que aquele anunciado.

Entre 2019 e 2023, o quadro de funcionários da Enel-SP aumentou apenas 1,7% e ainda elevou significativamente o contingente de trabalhadores terceirizados. O número de funcionários próprios teve uma queda expressiva no período, de 30,6%, e os terceirizados tiveram um aumento de 41,3%.

Na prática, funcionários próprios deixaram de ser maioria na empresa. Atualmente, dos 6,7 mil funcionários que atendem pela Enel-SP, apenas 2,4 mil são contratados da empresa.

Para o Sindicato dos Eletricistas do Estado de São Paulo, que também representa os trabalhadores terceirizados, ainda que o número de operadores da empresa tenha aumentado, a formação dos funcionários próprios é diferente e redução deles impacta diretamente no serviço prestado.

Em 2022, a Enel-SP foi a concessionária de energia elétrica com a pior avaliação no ranking da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), dentre as sete que atendem no estado paulista. No mesmo período, o lucro da empresa foi de R\$ 1,4 bilhões — 80% maior do que em 2019.

O Procon de São Paulo registrou 13,1 mil reclamações de consumidores da capital paulista contra a concessionária de energia Enel de janeiro até 9 de novembro deste ano.

Esse é o retrato cristalino do que é a privatização.



Tarcísio admite que Enel presta um péssimo serviço aos consumidores



Mais de um milhão de pessoas ficaram sem energia por vários dias no RS

MPT denuncia precarização dos serviços pela CEEE Equatorial após privatização

Na última sexta-feira (19), o procurador do Trabalho, Anderson de Mello Reichow, da Procuradoria do Trabalho de Pelotas, no Rio Grande do Sul, denunciou a precarização dos serviços oferecidos pela concessionária privada CEEE Equatorial para a população do Rio Grande do Sul que vive, desde a terça-feira (16) com diversos apagões no fornecimento de energia elétrica.

O procurador do Ministério Público do Trabalho apresentou as conclusões de uma auditoria aberta para investigar o descumprimento das normas de segurança relacionadas ao meio ambiente de trabalho por parte da concessionária de energia CEEE Equatorial após a privatização da empresa em março de 2021. O procedimento foi instaurado para investigar a ocorrência de acidentes de trabalho fatais, sendo subsidiado por um relatório de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que apontou a existência de óbitos de trabalhadores terceirizados, que prestam serviço à empresa, sendo os mais recentes dos trabalhadores André da Silva Jardim, de Capão da Canoa, em janeiro de 2023, e Thiago Nunes de Bittencourt, de Palmares do Sul, em setembro de 2023.

De acordo com o documento, a fiscalização constatou que todos os acidentes de trabalho analisados “possuem as mesmas causas diretas e imediatas, decorrentes de padrões re-

petitivos de descumprimento da legislação de regência”. Entre as irregularidades existentes apuradas, o procurador apontou a recorrência de cinco questões no despacho:

- realização de serviços em redes energizadas ao invés de desenergizadas, sem existência de justificativa técnica para que a desenergização não fosse feita;
- execução de intervenções em rede sem devida anuência de central de operações da CEEE;
- falta de emissão de análise preliminar de risco e adoção de cautelas como checagem quanto a energização ou não de redes;
- uso de mão de obra terceirizada desqualificada e submetida a treinamentos inidôneos (inclusive com caso comprovado de falsificação de certificados);
- tolerância por parte da CEEE em relação a violações graves.

O procurador concluiu que o relatório da fiscalização “demonstra a existência da precarização dos serviços executados no setor elétrico pela inquirida em todas as frentes de trabalho, de forma deliberada e sistemática, com violação a inúmeras normas regulamentadoras, inclusive com falsificação de certificados de treinamento, tudo isso com o conhecimento e consentimento da CEEE, tomadora dos respectivos serviços (o que ocasiona de forma direta e imediata acidentes de trabalho com elevado grau de letalidade)”.

Reichow remeteu as conclusões para a Coordenadoria

de 1º Grau da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região (PRT4).

ENTIDADES DEFENDEM REESTATIZAÇÃO

Um abaixo-assinado realizado pela Associação das Pessoas Atingidas pelas Mudanças Climáticas (AMAC) pede a reestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), hoje administrada pela Equatorial.

“A péssima qualidade dos serviços da CEEE Equatorial tem causado prejuízos e causado desespero com longos períodos de falta de energia para lares gaúchos e empreendimentos, colocando cada cidadã e cada cidadão em uma situação de difícil resolução”, diz a entidade.

“A Equatorial pertence a um conjunto de fundos de investimento, nacionais e internacionais, e a um fundo de pensão canadense. Seu propósito é exclusivamente o ganho financeiro. É imune a pressão de governos como querem fazer crer, por exemplo, o governador Eduardo Leite (PSDB) e o prefeito de Porto Alegre Sebastião Melo (MDB), duas faces da mesma moeda entreguista, privatista e irresponsável com o povo que mais precisa do poder público. Conforme o site da ANEEL, no ranking de empresas distribuidoras de energia, classificadas por indicadores técnicos, a Equatorial do RS é a pior do país, seguida pela Equatorial de Goiás e Equatorial do Maranhão”, afirma a entidade.



270 pessoas morreram na maior tragédia ambiental brasileira

Brumadinho 5 anos: documentos e CPIs comprovam crimes da Vale e TUV SUD

A Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão-Brumadinho (Avabrum) lançou uma série de eventos para marcar os cinco anos da tragédia de Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, que tirou a vida de 272 pessoas — duas delas gravidas — e até o momento ninguém foi responsabilizado.

O primeiro da série, uma carreta prevista para a noite do dia 24 de janeiro, vai pedir a responsabilização de culpados pelo ocorrido. Com concentração às 17h, no Cemitério Parque das Rosas, em Brumadinho, o movimento irá seguir até a Praça das Joias, onde será realizado um Momento de Louvor, com apresentação de um coral e cantores gospel e outras apresentações culturais e ecumênicas.

A Avabrum afirma que documentos públicos e relatórios finais de três CPIs (Senado, Câmara e Assembleia Legislativa) comprovam que a Vale sabia que a estabilidade da barragem não era segura e, mesmo assim, aceitou os laudos fraudulentos da Tuv Süd, multinacional alemã, responsável por emitir o documento. A mineradora também sabia que o refeitório e as instalações administrativas estavam localizados dentro do curso de detritos de mineração e que as rotas de fuga não seriam efetivas.

REDUÇÃO DA MULTA

Mesmo com esse conjunto de provas, ninguém foi responsabilizado e três vítimas ainda estão desaparecidas: Maria de Lurdes Bueno, Nathália Araújo e Tiago Silva. Além disso, as famílias tiveram que acionar o Tribunal de Contas da União para questionar a redução de 99% na multa aplicada à Tuv Süd por falsificar o documento.

Em uma primeira decisão, a Controladoria Geral da União recomendou o valor da multa em 22,7 milhões de reais, mas uma revisão do parecer inoventou a multinacional, por entender que “não existiam provas suficientes do envolvimento da empresa estrangeira”. Como os cálculos se basearam no faturamento da filial brasileira, houve uma redução de 99% da multa, que ficou em 18 mil reais. Levando em consideração o número de vítimas, a quantia ficaria em 66,99 reais por pessoa morta.

“O Estado e a sociedade brasileira, em memória e honra de 272 vidas, não podem sinalizar para as empresas envolvidas em um crime, objeto de processo em andamento no Judiciário federal, que a impunidade é permitida”, diz trecho do ofício encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas.

“O foco das ações da Avabrum é justiça em todas as esferas, defende Josiane Melo, diretora da Avabrum. “Essa multa irrisória de só R\$ 66 é uma injustiça que precisa ser combatida”, continua. “O mundo não pode esquecer Brumadinho. As empresas envolvidas em um crime não podem ficar impunes”, conclama.

Em uma primeira decisão, a Controladoria Geral da União recomendou o valor da multa em 22,7 milhões de reais, mas uma revisão do parecer inoventou a multinacional, por entender que “não existiam provas suficientes do envolvimento da empresa estrangeira”. Como os cálculos se basearam no faturamento da filial brasileira, houve uma redução de 99% da multa, que ficou em 18 mil reais. Levando em consideração o número de vítimas, a quantia ficaria em 66,99 reais por pessoa morta.

No ofício encaminhado em 18 de dezembro para o TCU, a Avabrum pede que o Tribunal “instaure processo ou a medida cabível para que a decisão da CGU seja revogada imediatamente”.

A fraudulenta Tuv Süd também discorda dessa decisão, mas ao contrário das famílias, quer a extinção completa da multa. Em nota, a filial brasileira disse que não houve problemas de documentação e que apresentará um pedido de reconsideração da decisão, uma vez que que “a companhia emitiu as declarações de estabilidade em conformidade com a legislação aplicável.”

Além da carreta contra a impunidade e por justiça pelas vítimas de Brumadinho, a entidade promove este mês de janeiro em homenagem às vítimas um passeio histórico e o Ato 5 Anos Sem Justiça.

Angra sofre com apagões e até prefeitura se une à população nas manifestações contra a Enel

Desde de novembro de 2023, a população de Angra dos Reis, município do Sudeste do Rio de Janeiro, na região da Costa Verde, sofre com problemas de falta de energia elétrica, que foi privatizada.

O que faz com que o prefeito Fernando Jordão (PL) apoie manifestações da população contra o péssimo serviço prestado pela empresa de distribuição de energia — a Enel.

Na Ilha Grande, a falta de luz chega a durar 48 horas seguidas, o que afeta o setor hoteleiro e a comunidade local.

No continente, na maioria dos bairros, o serviço é interrompido por pelo menos 3 horas, todos os dias.

Daí, o prefeito convoca todos os secretários para ir para às ruas, com a população. “Se a situação não for resolvida, vamos convocar a população a parar de pagar a conta de luz”, protesta o prefeito.

A situação é tão acintosa e desrespeitosa contra a população, que prefeitura e Câmara de Vereadores se uniram contra a concessionária privatizada.

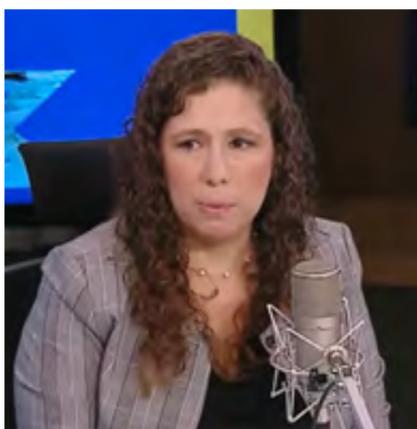
Em 22 de novembro de 2023, vereadores do municí-

pio compareceram à audiência pública realizada pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados para pedir solução para a situação crítica da falta de energia em Angra dos Reis.

Membros da Comissão de Minas e Energia, da Câmara Municipal da cidade, estiveram em Brasília, com apoio do Legislativo federal, para participarem da audiência pública, para a qual foi convocado o presidente nacional da Enel, que não compareceu.

Os parlamentares pediram CPI contra a empresa.

Centrais denunciam injustiça e cobram revisão da tabela do IR



Pilar Pedreira/Agência Senado

Não há previsão de reajuste salarial para servidor esse ano, diz ministra Esther Dweck

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, confirmou que o governo federal não prevê reajuste salarial ao funcionalismo em 2024. A declaração foi feita na quarta-feira (17), durante o programa Bom Dia, Ministra.

De acordo com a ministra, a política para os servidores públicos do governo atende à “âncora fiscal” do ministério da Fazenda. “Claro que os servidores tiveram uma desvalorização (nos últimos anos), e a gente está recompondo isso. É importante entender que isso ocorre dentro dos limites do nosso arcabouço fiscal, dentro de uma responsabilidade fiscal que o presidente tem, que é muito forte”, disse.

Durante o programa, a ministra foi questionada sobre a defasagem do salário dos servidores públicos federais, que chega a quase 30%, mesmo após o reajuste de 9% concedido 2023. Segundo Esther, a proposta do governo para esse ano inclui reajuste de benefícios aos servidores, mas reajuste salarial está previsto apenas para 2025, com 4,5%, e em 2026, com também 4,5%. “Ao logo do mandato do presidente Lula, estamos propondo 18% de reajuste”.

O conjunto do funcionalismo condenou a falta de proposta de reajuste para esse ano. Diversas categorias têm paralisado suas atividades em defesa da reposição e outras pautas, pertinentes a cada categoria, como bônus produtividade. Para o presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, “é inaceitável o congelamento salarial neste ano e uma promessa de reajuste para os dois exercícios seguintes. O governo tem condições de recompor os salários já em 2024, e vamos brigar por isso”.

No último dia 10, o Fórum apresentou ao governo uma proposta de reajuste de 9% já para esse ano. Outras entidades dos servidores também apresentaram propostas de reajuste baseada em estudo técnico do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (Dieese), que considera dois blocos de percentuais de reajuste (29,49% e 18,30%) a serem divididos em três anos (2024, 2025 e 2026). Os dois blocos consideram os diferentes percentuais de reajustes nas diferentes categorias do funcionalismo.

Para o primeiro bloco, a proposta de reajuste é de 6,40% em 2024; de 10,52%, em 2025 e 10,12% em 2026. Já o segundo bloco, a proposta da Bancada Sindical é de 3,5%, em 2024; de 7,24% em 2025 e 6,85%, em 2026.

Na próxima terça-feira (23), a Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef) realizará uma plenária nacional virtual para referendar o resultado das assembleias. Na semana seguinte, no dia 30, a entidade deve participar da plenária do Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), que reúne entidades representativas de diversas categorias do funcionalismo.

Médicos peritos do INSS fazem paralisação de 24 horas por reajuste e concurso público

Os peritos do INSS (Instituto Nacional de Previdência Social) fazem uma paralisação de 24 horas nesta quarta-feira (17) em protesto por reajuste salarial de 23%. Os servidores também reivindicam abertura de concurso público para contratação de ao menos 1.500 novos peritos e que o governo cumpra o acordo fechado em 2022, após a categoria realizar greve que durou 52 dias.

De acordo com a Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANMP), caso o governo federal não agende uma reunião de negociação, a categoria realizará mais duas paralisações ainda neste mês de janeiro, nos dias 24 e 31.

Para o presidente da ANMP, Luiz Carlos Argolo, a alta adesão ao movimento em todo o país demonstra o “nível de insatisfação” dos peritos. “É uma

demonstração de força para dar um basta a violações contra direitos”, diz.

Segundo a entidade, o governo federal “desrespeitou acordos e a relevância da avaliação médico-pericial”. “Há uma postura omissa e desrespeitosa adotada pelos representantes da Administração Pública federal quanto à adoção de medidas em atendimento à pauta das reivindicações da Carreira”, disse a ANMP em ofício.

Sem concurso público desde 2011, além da redução do quadro de servidores devido às aposentadorias, e aumento das demandas, a realização de concurso público é uma das principais reivindicações da categoria.

A previsão do Ministério da Previdência é abrir cerca de 650 vagas para o cargo até junho de 2024.



Centrais sindicais denunciam que defasagem prejudica os mais pobres



Servidores da Receita Federal convocam ato em Brasília no próximo dia 31 por reajuste salarial

Os auditores-fiscais da Receita Federal decidiram intensificar a mobilização da categoria – que já está em greve desde 20 de novembro com apenas 30% do efetivo em funcionamento –, com a realização de ato público em Brasília no próximo dia 31, retomada das reuniões setoriais, ampliação da paralisação na Aduana e realização de atos públicos nos portos.

A intensificação do movimento foi definida na última sexta-feira (12) durante reunião do Comando Nacional de Mobilização, Direção do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) e Conselho de Delegados Sindicais.

Entre as principais reivindicações da categoria estão o reajuste do vencimento básico com a recomposição inflacionária pelo INPC acumulado e o pagamento de pagamento do bônus de eficiência, acordado pelo

governo federal desde janeiro de 2016.

Segundo o Sindifisco Nacional, as perdas inflacionárias para os servidores já estão em torno de 37%, e o governo ainda insiste em manter uma proposta de 0% de reajuste salarial em 2024.

O chamado para a adesão massiva da categoria à paralisação, protestos e manifestações também é uma resposta das entidades que representam os servidores, como Unafisco Nacional e Sindifisco, às regras impostas pela administração do órgão para a manutenção do funcionamento de 30% das atividades da Receita Federal durante a greve. “Precisamos da combinação mobilização forte aliada ao diálogo. O momento não é de retroceder, pois o custo para o governo atender às nossas demandas é muito pequeno”, disse o presidente da Unafisco Nacional, o auditor-fiscal Mauro Silva.

De acordo com o audi-

tor Marcus Dantas, representante do Comando Nacional de Mobilização, “a participação expressiva de Auditores-Fiscais na Assembleia de 4/1, logo no início do ano, demonstra que a categoria não só quer manter a greve como quer aprofundá-la”.

Com o crescimento da mobilização, nos últimos dias os auditores-fiscais da área de inovação tecnológica da Receita Federal também assinaram um manifesto em que expressam a frustração com o tratamento que o governo tem dado aos Auditores e à Receita Federal. Reiterando que também estão em greve, eles afirmam: “permanecem suspensos os desenvolvimentos e as entregas de produtos relacionados às atividades de inovação, sejam eles oriundos de iniciativa local ou nacional, implementações novas ou correções de erros em softwares, scripts ou funcionalidades”.

Com tabela defasada, trabalhador que ganha dois salários mínimos volta a ser tributado

As centrais sindicais divulgaram uma nota, na quinta-feira (17), em que pedem a “imediateza” da revisão e atualização da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). As centrais citam estudo da Unifisco Nacional mostrando que com a correção do piso nacional, e sem atualização da tabela do IR pelo governo, trabalhadores que ganham dois salários mínimos voltam a ser tributados, recolhendo R\$ 13,80 mensalmente.

As centrais apontam que os dados são “alarmantes” e impactam significativamente “os trabalhadores formais, principalmente aqueles que ganham salários mais baixos e a classe média”. “Este é um cenário inaceitável e que contraria os princípios de justiça fiscal e social civilizatórios”, afirmam.

Segundo os cálculos da entidade dos auditores-fiscais da Receita, a defasagem está em 134%, o que, segundo as centrais, “coloca uma carga tributária desproporcional sobre os ombros dos trabalhadores assalariados”.

A nota acrescenta que “é fundamental que a tabela seja corrigida de forma a acompanhar o aumento do custo de vida e garantir que a tributação seja justa e equitativa”.

“Ressaltamos que du-

rante a campanha presidencial, o Presidente Lula se comprometeu com a isenção do imposto de renda para aqueles que recebem até 5 mil reais. Entendemos que o Governo Federal se comprometeu a apresentar até março, na segunda fase da Reforma Tributária, mudanças na tributação da renda, mas as recentes declarações do Ministro Fernando Haddad sugerem que as alterações só serão pautadas em 2025”, destaca a nota dos sindicalistas.

Os representantes das centrais apelam para que o governo considere “medidas tributárias progressivas, tais como a criação de faixas adicionais de alíquotas para rendas dos super-ricos, a taxação de grandes heranças, a tributação de grandes fortunas e a implementação de políticas que incentivem a equidade fiscal”.

“Esperamos que as autoridades competentes estejam atentas às demandas dos trabalhadores brasileiros e tomem as medidas necessárias para promover um sistema tributário mais justo e condizente com as necessidades da sociedade”, afirmam.

Assim na nota os representantes da CUT, Força Sindical, CTB, UGT, CSB, NCST, Central da Classe Trabalhadora e Pública-Central do Servidor.



Auditores fiscais do trabalho paralisam fiscalizações em defesa do bônus de eficiência

Os auditores fiscais do trabalho que atuam na coordenação do combate ao trabalho escravo começaram a entregar seus cargos de coordenação e chefia, nesta segunda-feira (15), em ato de protesto contra a demora do governo em regulamentar o Bônus de Eficiência e Produtividade, reivindicado pela categoria e acordado com o governo federal desde 2016.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), “a entrega de cargos de chefia e coordenação é um ato político orientado pela representação sindical da categoria e se reveste de um profundo descontentamento com a falta de reconhecimento e valorização da carreira que exerce papel fundamental na construção da cidadania e dignidade dos trabalhadores do Brasil”.

Ressaltando que a categoria está em estado de mobilização, a entidade reitera a importância da carreira: “Nós resgatamos trabalhadores escravizados, tiramos crianças do trabalho infantil, fiscalizamos o FGTS, direito do trabalhador

e recurso para o Estado realizar as obras de interesse público. Somos essenciais à área social e de arrecadação do Estado. E não temos sido valorizados”. A paralisação já mobiliza auditores fiscais em 19 estados.

Sem uma data definida para a publicação da regulamentação do bônus, os auditores fiscais do trabalho manterão apenas atividades essenciais, como a fiscalização de denúncias sobre não pagamento e/ou atraso de salários e de situações de risco grave e iminente. Ações de resgate de trabalhadores submetidos a situações análogas à escravidão poderão ser afetadas. No ano passado, foram resgatados 3.190 trabalhadores em condições análogas às de escravo, maior número desde 2009.

Em reunião com a categoria no último dia 10 de janeiro, o secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão, José Lopez Feijó, secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), garantiu aos dirigentes sindicais celeridade na publicação do decreto.



Força agressora de Israel detona universidade palestina em Gaza



Bagdá sob bombardeio norte-americano

Política externa dos EUA a serviço do grande capital

JEFFREY D. SACHS

À primeira vista, a política externa dos EUA parece ser totalmente irracional. Os EUA envolvem-se numa guerra desastrosa atrás da outra – Afeganistão, Iraque, Síria, Líbia, Ucrânia e Gaza. Nos últimos tempos, os EUA permanecem globalmente isolados em seu apoio às ações genocidas de Israel contra os palestinos, votando contra uma resolução da Assembleia Geral da ONU para um cessar-fogo em Gaza, apoiada por 153 países com 89% da população mundial, e com a oposição apenas dos EUA e de 9 pequenos países com menos de 1% da população mundial.

Nos últimos 20 anos, todos os grandes objetivos da política externa dos EUA falharam. Os Talibãs voltaram ao poder após 20 anos de ocupação americana do Afeganistão. O Iraque pós-Saddam tornou-se dependente do Irã. O presidente da Síria, Bashar al-Assad, manteve-se no poder apesar dos esforços da CIA para derrubá-lo. A Líbia caiu numa prolongada guerra civil depois de uma missão da OTAN liderada pelos EUA ter derrubado Muammar Kadhafi. A Ucrânia foi esmagada no campo de batalha pela Rússia em 2023, depois que os EUA sabotaram secretamente um acordo de paz entre a Rússia e a Ucrânia em 2022.

Apesar destes notáveis e dispendiosos fracassos, um depois do outro, o mesmo elenco de personagens manteve-se no leme da política externa dos EUA durante décadas, incluindo Joe Biden, Victoria Nuland, Jake Sullivan, Chuck Schumer, Mitch McConnell e Hillary Clinton.

O QUE ACONTECE?

O quebra-cabeça é resolvido reconhecendo-se que a política externa americana não tem nada a ver com os interesses do povo americano. É sobre os interesses dos atores políticos centrais de Washington, que procuram contribuições para as campanhas e empregos lucrativos para si próprios, seus colaboradores e familiares. Em suma, a política externa dos EUA foi tomada pelo grande capital.

Como resultado, o povo americano está perdendo muito. As guerras fracassadas desde 2000 custaram-lhe cerca de 5 trilhões de dólares em despesas diretas, ou cerca de 40.000 dólares por família. Nas próximas décadas, serão gastos outros 2 trilhões de dólares, ou mais, com os cuidados dos veteranos. Além dos custos diretamente suportados pelos americanos, devemos reconhecer também os custos terrivelmente elevados ocorridos no estrangeiro, em milhões de vidas perdidas e trilhões de dólares de destruição da propriedade e da natureza nas zonas de guerra.

Os custos continuam subindo. As despesas ligadas ao exército dos EUA em 2024 ascenderão a cerca de 1,5 trilhão de dólares, ou seja, aproximadamente 12.000 dólares por família, se acrescentarmos as despesas diretas do Pentágono, os orçamentos da CIA e de outras agências de inteligência, o orçamento da Administração dos Veteranos, o programa de armas nucleares do Departamento de Energia, a “ajuda externa” do Departamento de Estado ligada ao exército (como a de Israel) e outras rubricas orçamentárias relacionadas com a segurança. Centenas de bilhões de dólares é uma soma de dinheiro que vai ralo abaixo, desperdiçado em guerras inúteis, bases militares no estrangeiro e um aumento de armamentos totalmente desnecessário que aproxima o mundo da Terceira Guerra Mundial.

No entanto, descrever estes custos gigantescos é também explicar a “racionalidade” distorcida da política externa dos EUA. O 1,5 trilhão de dólares em despesas militares é o esquema que continua rendendo – para o complexo militar-industrial e para os atores políticos centrais de Washington – mesmo quando empobrece e põe em perigo a América e o mundo.

Para entender o esquema da política externa, imagine o atual governo federal como um negócio de várias divisões controlado pelos que pagam mais. A divisão de Wall Street é gerida pelo Tesouro. A divisão da Indústria da Saúde é gerida pelo Departamento de Saúde e Serviços Humanos. A divisão das Grandes Petrolíferas e do Carvão é gerida pelos Departamentos de Energia e do Interior. E a divisão da Política Externa é gerida pela Casa Branca, Pentágono e CIA.

Cada divisão utiliza o poder público para obter ganhos privados através de negócios com informações privilegiadas, lubrificadas por contribuições corporativas de campanha e despesas com lobbies. Curiosamente, a divisão da Indústria da Saúde rivaliza com a divisão da Política Externa como um notável esquema financeiro. As despesas de saúde dos Estados Unidos totalizaram espantosos 4,5 trilhões de dólares em 2022, ou seja, cerca de 36.000 dólares por família, de longe os custos de saúde mais elevados do mundo, enquanto os Estados Unidos se classificaram em torno do 40º lugar entre as nações do mundo em termos de esperança de vida. Uma política de saúde fracassada traduz-se em muito dinheiro para a indústria da saúde, tal como uma política externa fracassada se traduz em mega-receitas do complexo militar-industrial.

A divisão de Política Externa é dirigida por um círculo pequeno, secreto e muito unido, que inclui as altas patentes da Casa Branca, CIA, Departamento de Estado, Pentágono, Comissões de Serviços Armados da Câmara e do Senado e das principais empresas militares, incluindo Boeing, Lockheed Martin, General Dynamics, Northrop Grumman e Raytheon. Há talvez um milhar de indivíduos-chave envolvidos na definição da política. O interesse público desempenha um papel reduzido.

Os principais responsáveis pela política externa gerem as operações de 800 bases militares ultramarinas dos EUA, centenas de bilhões de dólares de contratos militares e as operações de guerra para onde o equipamento é enviado. Quanto mais guerras, naturalmente, mais negócios.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Momento em que a Universidade Al Israa foi destruída pela agressão israelense

Movimento dos Não-Alinhados reúne 120 países e exige “fim da guerra injusta contra os palestinos”

“Exigimos o fim imediato desta guerra injusta contra os palestinos e a implementação da solução de dois Estados”, disse o presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahmat, na reunião de chefes de Estado na capital do Uganda, Kampala. A cúpula, que começou em 15 de janeiro se encerrou no sábado (20).

O vice-presidente de Cuba, Salvador Valdés Mesa, disse que “desde 7 de outubro, testemunhamos um dos atos genocidas mais cruéis já registrados pela história”.

“Como podem os países ocidentais, que se dizem tão civilizados, justificar o assassinato de mulheres e crianças em Gaza, os bombardeios indiscriminados de hospitais e escolas e a privação de acesso a água potável e alimentos?”, questionou, em seu discurso na sexta-feira.

De acordo com o Ministério da Saúde de Gaza, 24.927 palestinos foram mortos e 62.388 ficaram feridos no genocídio em curso em Gaza a partir de 7 de outubro.

Em seu discurso na abertura, o embaixador palestino na ONU, Riyad Mansour, havia manifestado sua convocação na solidariedade do MNA com o povo palestino. “A investida e agressão que estamos enfrentando há 100 dias é sem precedentes.”

“Sei que o movimento que apoiou a Palestina desde o início continuará a apoiar até que ponhamos fim a esta tragédia e consigamos os direitos inalienáveis do povo palestino”, acrescentou Mansour.

Ele disse que três objetivos precisam ser cumpridos, que incluem um cessar-fogo imediato, assistência humanitária em Gaza e “lutar contra o crime contra a humanidade



Cúpula do Movimento dos Não-Alinhados em Uganda

de deslocamento em massa de nosso povo para fora de Gaza, (assim) criando uma segunda Nakba”.

O representante iraniano na cúpula disse que a “questão importante do dia” é “o massacre diário de crianças e mulheres em Gaza”. “A única questão em que devemos nos concentrar é nisso”, continuou ele, “e estamos prontos para cooperar totalmente”.

O Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, criticou as Nações Unidas, dizendo que “este conflito (em Gaza) ilustrou mais uma vez a inadequação das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança da ONU, em manter a paz e a segurança internacionais.”

Ramaphosa reiterou que a África do Sul “apela a um cessar-fogo imediato e abrangente em Gaza”. Disse que, como “consequência da situação cada vez pior”, a África do Sul pediu à Corte Internacional de Justiça que emita medidas provisórias “ordenando que Israel pare sua campanha militar em Gaza”.

Por sua vez, Mansour expressou apoio à “posição histórica da África do Sul em ir à CIJ”.

“Vamos aguardar a decisão

e vamos estudá-la... e decidir coletivamente os passos que temos que tomar após essa decisão”, disse o embaixador palestino.

O presidente argelino, Abdelmajid Tebboune, pediu que Israel seja responsabilizado por crimes contra palestinos, dizendo que a “era de impunidade e falta de responsabilidade terminou”.

Tebboune fez os comentários em um discurso proferido pelo primeiro-ministro argelino, Nadir Larbaoui, em seu nome, de acordo com a agência de notícias oficial da Argélia.

Referindo-se ao ataque a Gaza como “uma guerra genocida israelense”, ele pediu a intensificação dos esforços coletivos para defender a causa palestina, relata a agência de notícias Anadolu.

O vice-presidente turco, Cevdet Yilmaz, disse na cúpula que “nas seis décadas que se passaram, o mundo testemunhou muitas atrocidades e conflitos violentos”.

“No entanto, a devastação infligida aos palestinos desde 7 de outubro pelos ataques indiscriminados de Israel em Gaza foi sem precedentes em muitos aspectos”, acrescentou.

Alabama determina execução de preso por asfixia em método que até Associação Veterinária rejeita

O Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas alertou que as autoridades do Estado norte-americano do Alabama podem violar as leis internacionais que proíbem a tortura e o tratamento cruel e desumano, já que planejam usar gás nitrogênio em uma execução marcada para quinta-feira (25), do preso Kenneth Smith, de 58 anos, na unidade correcional de Holman.

Segundo a CBS, o condenado será forçado a usar uma máscara conectada a um cilindro de gás nitrogênio; sem oxigênio, a pessoa morre sufocada. O “método” – acrescenta – “não passou por testes”.

A advertência da ONU foi feita pela porta-voz Ravina Shamdasani, que sublinhou que essa execução, que jamais foi usada antes em qualquer lugar, sequer atende aos padrões da Associação Médica Veterinária Americana, que recomenda a sedação de animais que são eutanasiados usando gás nitrogênio.

“O protocolo do Alabama para execução por asfixia por nitrogênio não prevê sedação de seres humanos antes da execução”, ela registrou.

Ainda de acordo com a CBS, só é de uso corrente a aplicação de gás nitrogênio sem sedação na eutanásia de galinhas.

O Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU “tam-



Prisioneiro e cama onde está prevista sua execução

bém criticou o uso de asfixia por gás como método de execução, o uso de métodos não testados, bem como a ampliação do uso da pena de morte em Estados que continuam a aplicá-la”, disse Shamdasani.

Segundo a mídia, Estados dos EUA que mantêm a pena capital têm tido dificuldade para conseguir os químicos usados nas injeções letais, o método mais comum de execução, desde que países europeus proibiram a indústria farmacêutica de vender esses produtos para serem usados em execuções.

O que levou Utah, Carolina do Sul e Idaho a retomarem métodos mais antigos, como pelotões de fuzilamento. Alabama, Mississippi e Oklahoma adotaram as execuções com gás. O condenado processou

o departamento prisional do Alabama por causa dos riscos envolvidos no uso de gás nitrogênio, alegando que se o método falhar, ele pode ter um derrame ou ficar em um estado vegetativo, e que há o risco de “dor e sofrimento particulares”.

Um juiz, Austin Huffaker, mandou prosseguir com a execução, dizendo não haver garantia de morte indolor, nem o contrário, de que certamente ou provavelmente há um grande risco ou causa grande dor.

Em novembro de 2022, Smith já fora submetido à execução com injeção letal, mas não conseguiu inserir uma seringa na veia dele para introduzir o veneno.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Imagens nas redes sociais mostraram o momento em que a Universidade Al Israa foi criminosamente demolida pelas forças de ocupação. Com a detonação, Gaza perde a última universidade que restara de pé

As tropas de Israel destruíram a universidade Al Israa de Gaza na quarta-feira (17), que estava ocupada há 70 dias, explodindo mais de 315 minas e transformando em escombros o prédio principal, o hospital universitário – o único hospital universitário de Gaza, o museu e outras edificações.

Imagens compartilhadas nas redes sociais mostram o momento em que a instituição de ensino – que já havia sofrido alguns danos estruturais – foi completamente destruída em uma evidente operação de demolição.

Crime de guerra que vem se somar à barbárie já denunciada pela África do Sul à Corte Internacional de Justiça da ONU em Haia. Outras universidades palestinas já haviam sido destruídas antes, como a Islâmica e a Al Azhar, em bombardeios na segunda semana de outubro. A Al Israa fica ao sul da Cidade de Gaza e também tem um campus em Khan Younis.

O Centro Internacional de Mídia do Oriente Médio (MEMC) chamou a destruição da Universidade de Israa de “genocídio cultural”, juntamente com o massacre de pelo menos 25.000 pessoas em pouco mais de três meses – pessoas que o regime israelense alega serem alvos militares legítimos, apesar do fato de que cerca de metade dos mortos eram crianças, segundo registrou o portal norte-americano Common Dreams.

“AGRESSÃO BRUTAL”

A “agressão brutal” – como denunciou a reitoria – destruiu também o prédio da pós-graduação e as principais faculdades de bacharelato. Também foram destruídos laboratórios médicos e de engenharia, laboratórios de enfermagem, estúdio de treinamento de mídia, a sala do tribunal especial da Faculdade de Direito e salas de formatura. Antes de ser destruído, o museu nacional foi saqueado por soldados israelenses.

Os edifícios da lanço-nete e a principal mesquita

dentro do complexo da universidade já haviam sido bombardeados e arrasados.

“Isso não é legítima defesa”, reagiu Chris Hazard, membro irlandês do Parlamento do Reino Unido. “Isso não é contraindúrgência. Isso é limpeza étnica.”

A Universidade de Birzet, na Cisjordânia ocupada, condenou a destruição da instituição de Gaza e acusou Israel de roubar 3.000 artefatos raros do museu de Israa.

“A Universidade de Birzet reafirma o fato de que este crime faz parte da investida da ocupação israelense contra os palestinos”, disse a escola nas redes sociais. “Tudo faz parte do objetivo da ocupação israelense de tornar Gaza inabitável; uma continuação do genocídio que está sendo realizado na Faixa de Gaza”.

Desde novembro, o exército israelense vinha usando o local como base de operações militares e estabeleceu ali um centro de detenção e interrogatório de palestinos.

CONTRA A CIVILIZAÇÃO

Com esse ataque em Al Israa, “todas as universidades em Gaza foram danificadas ou destruídas”, denunciou o professor de relações internacionais Nicola Perugini, da Universidade de Edimburgo.

Ao Common Dreams, o presidente da ONG “Repensar a Política Externa”, Mitchell Plitnick, considerou a detonação de 315 minas em uma universidade “um exemplo claro de crime de guerra e destruição por diversão”.

A Universidade Al-Israa enfatizou que o ataque às instituições de ensino é um padrão de longa data e sistemático que persiste desde o início da guerra de genocídio israelense em curso.

“Os ocupantes israelenses, por meio dessas ações, visam propagar uma cultura de ignorância, mantendo nosso povo longe da marcha do conhecimento e da civilização, e deslocando à força intelectuais para além da Palestina”, disse a universidade no comunicado.

China anuncia mini “bateria atômica” com uma vida útil de cinquenta anos

Uma empresa chinesa, a Betavolt Technology, anunciou a criação de uma “bateria atômica”, menor do que uma moeda, capaz de gerar 100 microwatts e uma voltagem de 3 V, em fase de testes, para uso em dispositivos comerciais, como celulares, computadores e drones, e que terá uma vida útil de 50 anos.

O produto, denominado pela Betavolt de BV100, tem a forma de um pequeno retângulo, medindo 15 x 15 x 5 mm, o que é menor que uma moeda convencional. Por ter uma estrutura modular, é possível ampliar a potência fornecida. Até 2025, a proposta é aumentar a energia fornecida por cada módulo para 1 watt.

A “bateria atômica” gera energia através do chamado decaimento beta, em que um nêutron do núcleo instável de um isótopo radioativo se decompõe em um próton (que continua no núcleo) e libera um elétron (e um neutrino), o que nessa transmutação para um núcleo estável propicia a energia.

Quando um átomo emite uma partícula beta, se transforma em um novo elemento com o mesmo número de massa (porque o nêutron que havia antes foi “substituído” pelo próton), mas o seu número atômico (Z = prótons no núcleo) aumenta uma unidade, enquanto o número de massa se mantém. Num núcleo estável, o nêutron não decai.

O isótopo instável usado no BV100 é o níquel-63 (de número atômico Z=28 e massa atômica

63) que se transmuta em cobre estável, com número atômico Z=29, indicando que passou a ter mais um próton no núcleo. A pequena diminuição da massa atômica no decaimento é novamente a fonte de energia cinética das partículas emitidas.

O desenvolvimento agora obtido pela Betavolt permite que a bateria opere de forma estável entre -60 e 120º C. A estrutura da bateria é feita por camadas de níquel-63, que têm espessura de 2 microns, e do material semicondutor, com espessura de 10 microns, para transformar a energia atômica em corrente elétrica.

A garantia de funcionamento por 50 anos decorre de que a meia-vida [tempo que leva para reduzir à metade a quantidade inicial de núcleos instáveis] de um elemento radioativo do níquel-63 é de 100 anos, o que garante a essa matéria-prima uma atividade de intensidade suficiente durante os 50 primeiros anos de sua utilização.

As partículas beta de baixa energia – elétrons e, possivelmente, neutrinos – emitidas pelo elemento radioativo ionizam os átomos do semicondutor, criando o mesmo desequilíbrio de cargas visto nas baterias químicas. Na presença do campo estático de uma estrutura p-n (positivo-negativo) as cargas fluem em mesma direção, resultando em corrente elétrica.

Economia da China ultrapassa previsão e cresce 5,2% em 2023



China colabora com o desenvolvimento mundial, destaca Li Qiang em Davos

"A recusa a um Estado para os palestinos é inaceitável", afirma secretário-geral da ONU

O secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que "a rejeição da solução de dois Estados para israelenses e palestinos e a negação do direito do povo palestino ao seu próprio Estado são inaceitáveis".

A declaração se segue à acintosa provocação feita pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu por um Israel "do rio ao mar", contrária a todas as resoluções da ONU e às leis internacionais.

O direito do povo palestino a um Estado soberano "deve ser reconhecido por todos", sublinhou Guterres, à margem da 19ª cúpula do Movimento dos Não-Alinhados em Kampala, Uganda.

Guterres também condenou o morticínio perpetrado por Israel em Gaza: "As operações militares de Israel esmagaram destruição em massa e mataram civis em uma escala sem precedentes durante meu tempo como secretário-geral", disse Guterres, no momento em que as autoridades médicas de Gaza computaram 25 mil palestinos mortos e mais de 62 mil feridos, na maioria, crianças e mulheres.

"Isso é de partir o coração e totalmente inaceitável", acrescentou Guterres, chamando a fazer "tudo o que pudermos para evitar que o conflito se inflame em toda a região".

Guterres disse ainda que negar aos palestinos o direito de ter um Estado "prolongaria indefinidamente um conflito que se tornou uma séria ameaça à paz e à segurança mundial".

O regime israelense foi acusado pela África do Sul na Corte Internacional de Justiça da ONU em Haia de "intenção genocida" e aguarda-se para breve uma decisão sobre liminar para deter a agressão em Gaza e proteger a população palestina.

Netanyahu, o chefe do ge-



Guterres exige fim do massacre em Gaza

nocídio em Gaza, pelo X, antigo Twitter, reiterou que "não comprometerei o controle total da segurança israelense sobre toda a área a oeste da Jordânia - e isto é contrário a um Estado palestino".

O presidente da Autoridade Palestina (AP), Mahmoud Abbas, reagiu apontando que não pode haver "segurança e estabilidade" no Oriente Médio sem a criação de um Estado palestino.

"Sem o estabelecimento de um Estado palestino independente com Jerusalém Oriental como capital, [respeitando] as fronteiras de 1967, não haverá segurança e estabilidade na região", registrou a agência palestina Wafa, citando seu porta-voz, Nabil Abu Rdeineh.

Também o ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, príncipe Faisal bin Farhan Al Saud, disse que não pode haver normalização dos laços com Israel sem que haja resolução da questão palestina.

"Essa é a única maneira de termos benefício. Então, sim, porque nós precisamos de estabilidade e a estabilidade só virá através da resolução da questão palestina", disse ele em entrevista à CNN que foi ao ar no domingo, ao ser questionado se não poderia haver uma normalização das relações sem um caminho para um Estado Palestino crível e irreversível.

O chefe da diplomacia saudita condenou os ataques de Israel a Gaza, dizendo que Riad está focada em garantir que o derramamento de sangue termine. "O que estamos vendo é que os israelenses estão esmagando Gaza, a população civil de Gaza. Isso é completamente inaceitável e tem que parar", afirmou Bin Farhan.

Até mesmo Washington e Londres, ao menos formalmente, seguem se dizendo comprometidos com "a solução dos Dois Estados". O porta-voz do primeiro-ministro britânico Rishi Sunak chamou de "decepcionante" a declaração de Netanyahu.

Leia mais no site do HP

Trump vence primária com maior abstenção em 50 anos e promete deportar imigrantes em massa

O ex-presidente e pré-candidato presidencial Donald Trump venceu, como era esperado, a primeira primária republicana do atual ciclo eleitoral nos EUA, em Iowa, aproximando o país de viver, em 2024, a revanche da gerontocracia empoderada.

Apesar da mídia ter feito enorme estardalhaço sobre sua impressionante vitória "por 51%" a 21% do governador da Florida Ron De Santis e a 19% da ex-embaixadora na ONU, Nikki Haley, na verdade a primária de Iowa teve a maior taxa de abstenção desde 1972 e ocorreu sob forte nevasca na segunda-feira (15).

Com o país "assolado por uma rajada ártica" - na descrição da CNN -, as temperaturas à noite em Iowa, quando da realização das primárias, chegaram a menos 37 graus celsius, "patamar que representa risco à vida".

Dado o domínio que Trump tem sobre o Partido Republicano em sua composição atual, DeSantis e Halley, no

máximo, são coadjuvantes que estão acumulando força para uma próxima eleição, a menos que alguns dos quatro indiciamentos a que Trump está tendo de responder eventualmente o impeçam de ter seu nome na cédula eleitoral.

"Obrigado Iowa, eu amo todos vocês!! Donald J. Trump", postou o ex-presidente no Truth Social após as 21h (horário de Brasília).

Tendo obtido um distante quarto lugar, o empresário de biotecnologia Vivek Ramaswamy anunciou sua saída da disputa e apoio ao ex-presidente. Asa Hutchinson também desistiu. Concorriam ainda em Iowa o ex-governador Chris Christie e Ryan Binkley. A próxima prévia será em New Hampshire, em 23 de janeiro.

Em seu primeiro discurso após vencer em Iowa, Trump chamou os imigran-

tes de 'terroristas', anunciou que vai fechar a fronteira e prometeu "a maior deportação em décadas".

Sem citar números nem apontar evidências, Trump afirmou que "muitos terroristas estão vindo" e que "hospitais psiquiátricos estão sendo esvaziados" e os pacientes estão migrando para os Estados Unidos.

"Nós vamos fechar a fronteira. Porque neste momento temos uma invasão, de milhões e milhões de pessoas vindo para o nosso país. E eles estão vindo de prisões, de países que a maioria das pessoas nem nunca ouviu falar, de 'sanatórios mentais', de hospitais psiquiátricos que estão sendo esvaziados. E são terroristas. Muitos terroristas estão vindo", disse o ex-presidente, fazendo dos imigrantes o bode expiatório dos muitos problemas decorrentes da decadência dos EUA.

Leia mais



Agricultores protestam em Berlim contra cortes governamentais (AFP) "Sem gás russo barato, PIB da Alemanha encolhe 0,3%"

A Alemanha, tida como a locomotiva econômica da Europa, entrou em recessão no ano passado, com o PIB sofrendo uma contração de 0,3% em 2023 em relação ao ano anterior, depois de um aumento de 1,8% em 2022, segundo o Serviço Federal de Estatística (Destatis).

O anúncio foi feito na segunda-feira (15), com o órgão atribuindo o resultado pífio ao aumento dos custos da energia, taxas de juro elevadas, alta da inflação, crise orçamentária e desaceleração das exportações alemãs.

"O desenvolvimento econômico geral fraquejou na Alemanha em 2023, num ambiente que continua a ser marcado por múltiplas crises", disse num comunicado a presidente do Destatis, Ruth Brand.

Segundo a CNN, o resultado "aumenta o risco de uma contração econômica na zona do euro como um todo" - apesar da previsão da Comissão Europeia em torno de + 0,6%, o que é praticamente estagnação e bem abaixo da média global de 3%.

Segundo o Deutsche Welle, economistas avaliam que a perspectiva para 2024 se tornou "mais sombria, com poucos esperando uma recuperação". Muitos analistas reduziram suas previsões de crescimento para "menos de 1%" e não descartam "uma nova queda no PIB nos próximos 12 meses".

Segundo os dados preliminares, a inflação média para o ano foi de 5,9%, a segunda mais alta desde a Reunificação Alemã em 1990, atrás apenas de 2022, quando foi registrada uma inflação de 6,9% (e 14% na inflação dos alimentos), o que empurrou numerosas categorias de trabalhadores à greve e protestos ao longo do ano.

"Apesar de uma queda recente, os preços ainda continuam altos em todos os estágios do processo econômico e geraram um peso sobre o crescimento", admitiu Brand.

"Condições financeiras desfavoráveis devido ao aumento na taxa de juros e à fraca demanda interna e externa também exerceram influência", ela acrescentou.

Sob a alta de juro, simplesmente o gasto com juros foi multiplicado por 10, em relação ao patamar de 2021.

Para observadores, a situação da economia é a resultante da submissão do governo Scholz aos EUA em sua aventura da guerra por procuração da Otan contra a Rússia na Ucrânia e sanções alucinadas decorrentes que, como bumerangue, voltaram e pegaram em cheio a Alemanha.

A Alemanha ficou privada da energia barata russa, que era a base fundamental para o desempenho de sua indústria, passou a ter de importar o muito mais caro, e ambientalmente lesivo, gás de fracking norte-americano (GNL), enquanto o termo "desindustrialização" foi incorporado ao dia a dia alemão.

O que foi coroado com o ato terrorista contra os gasodutos Nordstream, que o respeitado jornalista investigativo norte-americano Seymour Hersh atribuiu ao governo Biden. Inclusive com o governo Biden procurando atrair empresas alemãs para os EUA, esvaziando economicamente a Alemanha.

Para setores políticos alemães, a denúncia faz sentido e a sabotagem ao gasoduto Nord Stream fez parte de uma guerra econômica travada pelos EUA contra a Alemanha em particular e a Europa em geral, forçando o país a substituir o uso do gás russo pelo gás norte-americano mais caro e prejudicial.

A queda do PIB se soma aos fatores que já pressionam fortemente o governo Scholz, que enfrenta impopularidade recorde e uma onda de manifestações - das greves de trabalhadores por recomposição salarial aos tratoradores dos agricultores contra corte de subsídios e aumento do diesel nas principais cidades alemãs.

Em março, dois milhões de servidores públicos e ferroviários realizaram a maior greve em décadas, pela reposição salarial. Muitas outras categorias cruzaram os braços ou foram às ruas.

A única nota positiva registrada pelo Destatis foi o crescimento no emprego, um recorde de 0,7%, ou 333.000 pessoas, em comparação com 2022, elevando o número total de pessoas empregadas para 45,9 milhões. O que se deveu, segundo o órgão, aos trabalhadores estrangeiros e uma maior parte da população nacional que ingressou na força de trabalho.

SEM SURPRESA

Não foi propriamente uma surpresa: os principais institutos econômicos alemães esperavam uma contração entre 0,3% e 0,4% em 2023.

Segundo o Destatis, o consumo privado caiu 0,8% em um ano. O setor da construção foi particularmente prejudicado, com uma queda de 2,1% nos investimentos. Acima de tudo, os preços da energia permanecem elevados para a indústria alemã em comparação com seus concorrentes internacionais.

A química, particularmente afetada, produziu 8% menos em 2023, o que se traduziu numa queda de 12% nas receitas, segundo dados da indústria.

O setor dos serviços também foi atingido por uma forte contração no comércio. Os gastos das famílias e do governo caíram, este último pela primeira vez em quase 20 anos.

Após quatro meses de queda, as exportações registraram uma melhora no final do ano, com um aumento de 3,7% em novembro.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

A indústria chinesa teve papel destacado na elevação do PIB. Automóveis cresceu 13%; setor de máquinas e equipamentos elétricos subiu 12,9% e o de produtos químicos, 9,6%

O Produto Interno Bruto (PIB) da China cresceu 5,2% em 2023, acelerando após um 2022 com crescimento de 3%, por conta da Covid-19. O governo chinês destacou a importância do investimento público e da aceleração da produção industrial no desenvolvimento do país.

Os dados foram divulgados pelo Escritório Nacional de Estatísticas (NBS), na quarta-feira (17). A meta da China era chegar a um crescimento de 5% em 2023.

A produção industrial chinesa cresceu 4,6% no acumulado de 12 meses, sendo que a indústria de transformação aumentou 5% e a fabricação de equipamentos 6,8%.

A indústria automotiva teve seu valor agregado elevado em 13%, a fabricação de máquinas e equipamentos elétricos subiu 12,9% e a de produtos químicos 9,6%. A indústria metalúrgica cresceu 7,1% na China durante o ano.

A chamada "indústria de serviços", cujos cálculos são feitos separados das indústrias mineira, manufatureira e de energia, cresceu 8,1% entre janeiro e dezembro.

As vendas de bens de consumo aumentaram 7,2% em 2023 em relação a 2022. Os bens de consumo são aqueles que são consumidos pelas famílias, como roupas, móveis e artigos do dia-a-dia.

O Escritório Nacional de Estatísticas ainda divulgou que os investimentos em geral cresceram 3% em 2023. Os investimentos na indústria de transformação e em infraestrutura puxaram o índice com 6,5% e 5,9% de crescimento, respectivamente. Os investimentos no setor imobiliário

caiu 9,6%.

Os investimentos em alta tecnologia subiram 10,3%, com destaque para o crescimento de 18,4% no investimento em aviação e 14,5% em naves espaciais.

Continuando entre os países mais populosos do mundo, a China viu sua população diminuir em 2,08 milhões, entre nascimentos e mortes, no ano de 2023.

O chefe do Escritório Nacional de Estatísticas, Kang Yi, afirmou que "apesar da pressão externa e das dificuldades internas, a China alcançou com sucesso as principais metas estabelecidas para 2023 e registrou uma recuperação e melhorias na economia".

"A economia chinesa está fazendo progresso constante e continuará a proporcionar um forte impulso à economia mundial", assinalou.

Yi sublinhou a importância do mercado interno para o desenvolvimento econômico da China. "Na China, existem atualmente mais de 400 milhões de pessoas na faixa de rendimento médio, e espera-se que o número atinja 800 milhões na próxima década", disse.

O país "redobrou os esforços para expandir o consumo interno, otimizar a estrutura, aumentar a confiança e prevenir e neutralizar riscos".

O primeiro-ministro da China, Li Qiang, que já tinha adiantado o resultado do PIB chinês em um discurso no 54º Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, ressaltou que a China "estabeleceu fundamentos sólidos" e que "a tendência geral de crescimento a longo prazo" do país "não mudará".

Agência da ONU expõe em vídeo o morticínio israelense em Gaza

Imagens de mais de 100 dias de massacre do povo palestino de Gaza pelas tropas de ocupação foram reunidas pela Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) em um vídeo que busca, em "100 segundos", mostrar a monstruosidade do que Israel vem perpetrando no enclave e que inclui "o maior deslocamento do povo palestino desde 1948".

"Uma geração inteira de crianças está traumatizada, milhares foram mortas, mutiladas e órfãs", afirmou a UNRWA. "As pessoas vivem o insuportável", acrescentou.

Em um comunicado anterior, o comissário-geral da agência, Philippe Lazzarini, disse que, nos últimos 100 dias, bombardeios contínuos em toda a Faixa de Gaza causaram o deslocamento em massa de uma população que está "em um estado de fluxo - constantemente desalojada e forçada a sair durante a noite, apenas para se deslocar para lugares que são igualmente inseguros".

Esta guerra, sublinhou Lazzarini, afetou mais de 2 milhões de pessoas - toda a população de Gaza. "Muitos carregarão cicatrizes ao longo da vida, tanto físicas quanto psicológicas. A grande maioria, incluindo crianças, está profundamente traumatizada", disse.

A situação das crianças, em particular, acrescentou Lazzarini, "é de partir o coração", com milhares de pessoas que "foram mortas, mutiladas ou órfãs".

"Seu futuro está em risco, com consequências de longo alcance e duradouras", alertou.

A crise em Gaza, disse ele, é um "desastre causado pelo homem, agravado pela linguagem desumanizante e pelo uso de alimentos, água e combustível como instrumentos de guerra".

Apesar dos repetidos apelos, "um cessar-fogo humanitário ainda não está em vigor para impedir a morte de pessoas em Gaza e permitir a entrega segura de alimentos, medicamentos, água e abrigo", enfatizou o chefe da ONU.

Segundo ele, o início do inverno torna a vida ainda mais insuportável, principalmente para quem vive ao ar livre.

Trabalhadores humanitários, "incluindo 146 dos meus próprios colegas da UNRWA, foram mortos ao lado de médicos, jornalistas e crianças - ninguém é poupado", acrescentou.

Bairros residenciais interiores, locais de culto e edifícios históricos foram arrasados, acabando com séculos de história, civilização e memórias das pessoas, disse o chefe da agência da ONU.

Leia a íntegra e veja imagens no site do HP



Devastação documentada em fotos e filmes

São Borja e o caráter popular da República: uma introdução - (2)

Continuação da edição anterior

A escravidão, em suma, se esgotara como modo de produção, como regime econômico. Até os escravagistas reconheciam isso. Mas, na luta contra ela, também a República se tornara a aspiração geral do país

CARLOS LOPES

Talvez por isso, ou por ser intrinsecamente reacionária, a monarquia, tendo à cabeça a princesa Isabel e o barão de Cotegipe, reagiram com inaudito arbítrio. Mas isso somente serviu para derramar protestos e mobilizações por todo o Brasil. A 26 de janeiro de 1888, Martim Francisco, neto do Patriarca da Independência, e seu cunhado, Antônio da Silva Jardim, então com 27 anos, conversavam sobre a situação criada pelo Império: “Naquele dia o que nos ocupava, preocupando-nos mesmo, era o dia seguinte. Estava largamente anunciado o meu primeiro meeting republicano: aquele em que se devia protestar contra o ato pelo qual o governo mandara suspender e processar a câmara municipal de São Borja, no Rio Grande do Sul. Nas circunstâncias em que se achava o país, o passo era arriscado” (Silva Jardim, *op. cit.*, p. 14).

A situação, sob o Ministério Cotegipe, que duraria até março de 1888, era de repressão intensa contra republicanos e abolicionistas. O próprio Partido Republicano, através de seu principal dirigente em São Paulo, Rangel Pestana, não sustentou a moção de São Borja e o comício (*meeting*) de Silva Jardim e seus companheiros, em Santos:

“Tinha sido longa a nossa conferência com Rangel Pestana (...). O partido republicano não estava em condições, em suma, de tomar sobre seus ombros o peso das consequências de um *meeting* contra as instituições.

— E se eu, por mim, o realizasse? interroguei, concluindo.

— Não serei eu quem diga a você que o não faça. Acho que presta um bom serviço. Mas faça-o sob sua responsabilidade. Um homem, principalmente quando moço, pode isoladamente tentar um ato, sem que se veja obrigado a prosseguir. Mas um partido é uma coletividade, e dado um passo tem de tirar-lhe as consequências.

— Mas a atitude de um homem às vezes compromete um partido, objetei.

“O ilustre republicano sorriu, e ficou em silêncio” (Silva Jardim, *op. cit.*, p. 35).

A decisão dos republicanos de Santos, em especial de Silva Jardim, foi realizar o comício: “... a imagem da Pátria ainda sujeita à escravidão civil, vítima da escravidão política fazia-me perder todas as hesitações. Não queria mais olhar o futuro, e sim partir com a cegueira do civismo para a arena pública, a pugnar pelas liberdades. Estava resolvido” (Silva Jardim, *op. cit.*, p. 27).

O futuro propagandista da República conta que a decisão de realizar o comício foi tomada na ilha Porchat, pertencente a um republicano local, Henrique Porchat.

O receio da repressão monarquista sombreava os participantes, em especial



Silva Jardim, sua esposa, Ana Margarida, conhecida como Guida, e seu cunhado, Martim Francisco.

Republicano desde a juventude, Silva Jardim estava rompido – assim como Benjamin Constant e outros republicanos – com o Apostolado Positivista de Miguel Lemos. Mas, em Santos, era um homem respeitado como republicano e abolicionista:

“Minha reputação republicana já estava aliás bem feita na cidade. Tomara a palavra no ano anterior, na sessão da fundação do clube republicano, para fazer minha adesão, sob condição de que teríamos uma cor acentualmente abolicionista; tomara-a depois para comemorar o 21 de abril, e ainda o 14 de julho, e ainda o 4 de setembro, o advento da nova República Francesa. E quando estivera em Santos Campos Sales, ao terminar ele o seu discurso abolicionista, pedira-lhe, da plateia, se comprometesse a trabalhar dentro do partido para que num prazo limitado nenhum republicano possuísse escravos; ao que o distinto orador acedera no meio de aplausos” (*op. cit.*, pp. 38-39).

O lugar marcado para o comício foi o Teatro Guarani. Mas, deixemos que Silva Jardim conte a história (e a História):

“7 horas da noite. Tinha rapidamente depositado um beijo sobre a fronte de minha mulher, olhado em despedida os meninos, revisto um instante todo o meu assunto e toda a situação, numa espécie de concentração mental dissimulada, e saíra.

“Quando, um quarto de hora depois, entramos alguns no Teatro Guarani, o local escolhido para a reunião, muito sofrível como teatro de província, encontrei já o espaçoso salão da plateia repleto de uma enorme massa de todos os partidos, classes, posições, fortunas e nacionalidades. Estava, entretanto, sereno, o bastante para poder ainda lançar, através do pano de cena, um rápido olhar sobre o teto, excelentemente pintado por um artista sem grande preparo, mas de um talento genial, Benedito Calixto, justamente quando não tinha estudo algum, recém-vindo de uma pequena povoação da marinha. O teto realçava pela muita luz, no meio daquele burburinho de vozes humanas.

“Era a primeira vez que me achava diante de um tão grande auditório. Uma dezena de amigos estava comigo no palco, e outros vinham alternadamente apresentarme seus cumprimentos.

“Quando cheguei à tribuna, e olhei a multidão, senti



“Quando, um quarto de hora depois, entramos alguns no Teatro Guarani, o local escolhido para a reunião, muito sofrível como teatro de província, encontrei já o espaçoso salão da plateia repleto de uma enorme massa de todos os partidos, classes, posições, fortunas e nacionalidades” (Silva Jardim)

esse inexplicável acanhamento que sente o homem diante da superioridade do povo, que representa a Pátria; é essa invasão insensível da alma popular na alma do orador, que estabelece a simpatia entre este e os ouvintes. Fui recebido por uma chuva de aplausos, sem nenhum protesto; e enquanto cada um se preparava para ouvir e o silêncio se fazia, senti-me suavemente aquecer ao calor da animação popular, sem perder a serenidade necessária para a sondagem contínua da impressão que as palavras produziam, e para não cair em divagações ou perder-me, esquecendo a filiação dos assuntos.

“(...) “Pouco a pouco, o público se anima, anima-se o orador, e daí por diante segue-se o discurso, durante duas horas, ora movimentado pela sátira, ora serenado pela demonstração, ora exaltado pela apóstrofe; segue coberto de interrupções, de aplausos entusiásticos, de risos estrepitosos, que dificultavam a mesma exposição. Levados pelo contágio os ditos monarquistas haviam rido à vontade, acompanhando o combate e o ridículo às mesmas instituições que diziam sustentar.

“Os Braganças e os Orleans haviam sido largamente analisados; tinha-se passado em revista o estado de saúde de Pedro II, o seu reinado, o de seu pai, a dinastia dos Orleans, o conde d’Eu, a evolução das aspirações liberais do Ocidente e do Brasil, a individualidade da Princesa regente, os perigos do terceiro reinado; e, quando senti o

espírito popular assaz aquecido, mais por seu próprio entusiasmo que pela minha palavra, terminei, erguendo-me o possível ao assunto, propondo a moção de apoio ao ato dos vereadores de S. Borja, e de protesto contra o ato do governo imperial.

“Aplausos prolongados tinham coberto a moção. A causa estava ganha, e o primeiro meeting republicano realizava-se sem que o trono se animasse à violência.

“Estava tirada a prova real. Os republicanos podiam animar-se a um combate mais ativo” (*op. cit.*, pp. 39-41).

E, realmente, assim foi, até novembro de 1889, sobretudo após a Abolição, em maio de 1888.

Aqui, temos, ainda, duas incompreensões que passam a visão posterior – e atual – sobre a Proclamação da República.

A primeira é que a República foi realizada pelos positivistas, pelos adeptos de Auguste Comte.

Apesar da influência real – e grande – do positivismo no Brasil, isso não foi (e não é) verdade. A maioria dos principais republicanos estava rompida com o *establishment* positivista. Alguns (Rui Barbosa, por exemplo) nem positivistas jamais foram. Nas palavras de um autor, respeitável por todos os títulos, principalmente por sua vivência no movimento militar e republicano:

“... na realidade, o que houve foi a transfiguração de uma sociedade em que penetrava pela primeira vez o impulso tonificador da filosofia contemporânea. E esta, certo, não a vamos buscar nesse tão malsinado e incompreendido positivismo, que aí está sem a influência que se lhe empresta, imóvel, cristalizado na alma profundamente religiosa e incorruptível de Teixeira Mendes...” (Euclides da Cunha, *op. cit.*, p. 240).

Teixeira Mendes era, com Miguel Lemos, o expoente da ala ortodoxa do positivismo, a chamada **Religião da Humanidade** ou **Apostolado Positivista**.

Mas, continua Euclides: “As novas correntes, forças conjugadas de todos os princípios e de todas as escolas (...) o que nos trouxeram, de fato, não foram os seus

princípios abstratos, ou leis incompreensíveis à grande maioria, mas as grandes conquistas liberais do nosso século; e estas compoem-se com uma aspiração antiga e não encontrando entre nós arraigadas tradições monárquicas, removeram, naturalmente, sem ruído — no espaço de uma manhã — um trono que encontraram...” (Euclides, *idem*).

Os positivistas, a propósito, eram, politicamente, adversários da revolução – uma posição oposta à de Silva Jardim e outros republicanos, que pregaram a revolução até concretizá-la, em 1889.

Outra incompreensão é quanto aos motivos da derrocada final do Império. Existe uma versão de que os senhores de escravos, contrariados pela Abolição, aderiram à República, deixando a monarquia sem base de sustentação – e isso teria provocado o fim do Império.

Entretanto, esta foi, exatamente, a versão que a monarquia procurou passar, com o intuito de buscar se sustentar na população e continuar como o regime governante do país.

Além disso, se tal narrativa fosse verdadeira, a República seria obra de senhores de escravos, e não, como foi, de abolicionistas.

Do fato de que os senhores de escravos – inclusive o principal deles, o paulista Antonio Prado – tenham abandonado a escravidão diante da revolta dos escravos, não se conclui que foram eles os construtores da República. Pelo contrário, eles abandonaram a escravidão ainda antes da República e da própria Abolição, como é demonstrado pelo Ministério João Alfredo, composto por escravagistas de décadas, que enviou a Lei Aurea ao Parlamento, e, aliás, pelo próprio Parlamento que a aprovou, também composto por elementos que haviam sustentado o escravagismo por anos a fio.

A escravidão, em suma, se esgotara como modo de produção, como regime econômico. Até os escravagistas reconheciam isso.

Mas, na luta contra ela, também a República se tornara a aspiração geral do país. Hoje, Osório Duque Estrada é mais conhecido como au-

O teatro Guarani, em Santos, restaurado pela prefeitura em 2003

tor do poema que se tornou a nova letra (1922) do Hino Nacional. Mas ele é também autor de **A Abolição**, excelente esboço histórico, prefaciado por Rui Barbosa, publicado em 1918. Nele, diz esse republicano e abolicionista:

“Outra mistificação, a que procuraram recorrer os estadistas responsáveis pela subversão do regime, consistiu na balela de que a dinastia foi destronada em consequência do 13 de maio, e por lhe ter faltado o apoio dos senhores de escravos, que se bandearam todos, ou quase todos para as fileiras republicanas.

“Muita retórica se tem feito por conta de tal mentira, afirmando mesmo um dos cronistas do paço que ‘quando a Princesa se decidiu ao seu grande golpe de humanidade, sabia perfeitamente quanto arriscara’.

“Ora, a verdade é que tudo isso não passa de uma refinada impostura, e tão inepta se revela a fantasia dos seus autores, que nem atentam estes no argumento, por eles mesmos fornecido aos adversários, de que, se o trono ruíu por lhe faltar o apoio da escravidão, é porque, então, nesse caso, estava podre.

“Mas não procede a aleivosia, com que se pretende dissimular a culpa dos verdadeiros responsáveis pela reivindicação de 15 de novembro. A profissão de fé republicana de alguns fazendeiros despeitados em nada contribuiu para a queda da dinastia. As manifestações platônicas dos ex-senhores de escravos preocuparam tão pouco a opinião e os estadistas do Império que, já em 1889, pronunciava Afonso Celso, com relação à República, o conhecido desafio do *creança e apareça*, que muitas vezes depois se repetiu.

“Eram quase todos republicanos os propagandistas da Abolição, e a estes não era dado ensarilhar as armas, só porque o trono havia capitulado, rendendo-se, afinal, à vontade do povo” (Osório Duque Estrada, **A Abolição**, ed. SF, vol. 39, 2005, pp. 241-242).

E assim foi, caro leitor.